

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS**

**PAISAGEM URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DIÁLOGO,  
HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DE TRÊS PRAÇAS DA CIDADE DE BELO  
HORIZONTE- MG**

**ROSINEIDE OLIVEIRA SILVA**

**UBERLÂNDIA-MG**

**2023**

**ROSINEIDE OLIVEIRA SILVA**

**PAISAGEM URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DIÁLOGO,  
HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DE TRÊS PRAÇAS DA CIDADE DE BELO  
HORIZONTE- MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de concentração: Educação Geográfica e Representações Sociais**

**Orientadora: Professora Dra. Maria Beatriz Junqueira Bernardes.**

Uberlândia- MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586p  
2023  
Silva, Rosineide Oliveira, 1994-  
Paisagem urbana e espaço público na atualidade [recurso eletrônico]  
: diálogo, história e percepção de três praças da cidade de Belo  
Horizonte- MG / Rosineide Oliveira Silva. - 2023.

Orientadora: Maria Beatriz Junqueira Bernardes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7048>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Bernardes, Maria Beatriz Junqueira, 1967-, (Orient.).  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

Glória Aparecida  
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.pgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 538, PPGGEO				
Data:	29 de março de 2023	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	17h:30m
Matrícula do Discente:	12112GEO006				
Nome do Discente:	ROSINEIDE OLIVEIRA SILVA				
Título do Trabalho:	PAISAGEM URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DIÁLOGO, HISTÓRIA E PERCEPÇÃO				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus Santa Mônica [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: Roberto Barboza Castanho - UNIPAMPA - RS; Túlio Barbosa - IG - UFU e Maria Beatriz Junqueira Bernardes - IG/UFU orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Maria Beatriz Junqueira Bernardes - IG/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Barboza Castanho, Usuário Externo**, em 29/03/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Membro de Comissão**, em 29/03/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Junqueira Bernardes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/03/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4311660** e o código CRC **1EDA93BF**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**ROSINEIDE OLIVEIRA SILVA**

**PAISAGEM URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA ATUALIDADE: DIÁLOGO,  
HISTÓRIA E PERCEPÇÃO DE TRÊS PRAÇAS DA CIDADE DE BELO  
HORIZONTE- MG**

---

Orientadora Professora Dra. Maria Beatriz Junqueira Bernardes

---

Prof. Prof.(a) Dr.(a) Roberto Castanho

---

Prof. Prof.(a) Dr.(a) Túlio Barbosa

---

Prof. Prof.(a) Dr.(a) Adriany de Ávila Melo Sampaio

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos e todas que estiveram comigo no processo de desenvolvimento e construção da dissertação, não é um processo individual. Ao longo da caminhada acabamos por compartilhar com várias pessoas, especialmente, aqueles mais próximos, como familiares e amigos.

Esses, acabam por influenciar e contribuir com reflexões, conselhos e dicas valiosas. Agradeço a todos os envolvidos, aos professores e ao Programa de Pós- Graduação, assim como, aos órgãos fomentadores por ter possibilitado a realização desse trabalho.

Por fim, agradeço grandiosamente aos meus amigos por estarem ao meu lado nesse momento, e vibrarem por mim todas as vezes, e a minha querida mãe por ter me dado toda a força que precisei para não desistir.

## RESUMO

A temática desenvolvida neste trabalho refere-se às formas de uso e apropriação de praças públicas da cidade de Belo Horizonte - MG, especificamente, das seguintes praças: Liberdade, Rui Barbosa, e Sete de Setembro, pois, os espaços públicos se encontram em constante mutação em virtude das diversas questões como econômicas e políticas. Sendo assim, foram levantados alguns questionamentos acerca das praças públicas analisadas. Como estas praças podem contribuir para o bem-estar das pessoas? Como acontece o uso e apropriação dos espaços públicos na atualidade? Ocorrem diferenças quanto ao uso e apropriação desses espaços? E por fim, como está a manutenção e conservação ambiental desses espaços? O Objetivo Geral deste trabalho é compreender como as praças estudadas estão inseridas na cidade de Belo Horizonte atualmente. E os Objetivos Específicos: 1) realizar uma análise entre as formas de uso e apropriação das 3 praças, sua história e seu cotidiano; 2) Refletir sobre o significado da praça hoje na estrutura urbana política, social e cultural da cidade; e 3) Verificar as diversas formas de apropriação desses espaços na atualidade, quem os utiliza e como utilizam, assim como sua configuração ambiental. Foram levantados alguns questionamentos acerca das praças públicas analisadas. Nesta perspectiva, justifica-se a escolha das praças como tema central deste trabalho pela importância delas no espaço urbano. Desse modo, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e pauta-se na observação do fenômeno. Sendo assim, “busca as transformações das ações e as relações existentes entre os fenômenos sociais e culturais, não podendo esses ser medidos apenas quantitativamente, devem ser analisados e compreendidos em sua totalidade e em sua multiplicidade. (TOZONI REIS, 2003, p.14).” Assim, a pesquisa refletiu sobre o significado da praça hoje na estrutura urbana política, social e cultural da cidade, pois a praça reflete uma forma de apropriação do espaço própria da sociedade capitalista, e que independe da sua geografia.

**Palavras Chaves:** Praça Pública; uso e apropriação; Belo Horizonte; Educação Ambiental.



## ABSTRACT

The theme developed in this paper refers to the forms of use and appropriation of public squares in the city of Belo Horizonte - MG, specifically the following squares: Liberdade, Rui Barbosa, and Sete de Setembro, because public spaces are constantly changing due to various issues such as economic and political issues. Therefore, some questions about the analyzed public squares were raised. How can these squares contribute to people's well-being? What is the use and appropriation of public spaces like nowadays? Are there differences regarding the use and appropriation of these spaces? And finally, how is the maintenance and environmental conservation of these spaces? The general objective of this work is to understand how the studied squares are inserted in the city of Belo Horizonte today. For (TOZONI REIS, 2003, p.14) that "seeks the transformations of actions and the existing relations between social and cultural phenomena, which cannot be measured only quantitatively; they must be analyzed and understood in their totality and multiplicity. Thus, the research reflected on the significance of the square today in the political, social, and cultural urban structure of the city, because the square reflects a form of appropriation of space proper to capitalist society, and that is independent of its geography.

**Keywords:** Public Square; Use and appropriation; Belo Horizonte; Environmental education.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	6
<b>Seção 1: Uso e Apropriação dos Espaços Públicos Livres No/Do/ Espaço Urbano</b> .....	13
1.1 As Diferentes Acepções de Espaço Público que ainda (Re) existe .....	13
1.2 A Produção do Espaço Público Urbano .....	23
<b>Seção 2: A Cidade de Belo Horizonte: História, e sua Relação com as Praças Públicas</b> .	30
2.1 O Uso e a apropriação da praça Pública na atualidade.....	30
2.2 A Cidade de Belo Horizonte, história e formação.....	37
2.3 Praças Públicas: historicidade e Contextualização.....	41
<b>Seção 3:A Praça: História, Percepção e Atitudes Ambientais</b> .....	45
3.1 A História dos Três tipos de praças estudadas .....	45
3.1.1 Praça Sete de Setembro “Praça Sete” .....	45
3.1.2 Praça Rui Barbosa “Praça da Estação” .....	48
3.1.3 Praça da Liberdade (Circuito Cultural Praça da Liberdade).....	52
3.2 Educação Ambiental: Conceito e importância para a percepção ambiental e visão de mundo .....	60
3.3 O lugar a Paisagem e as práticas cotidianas: uma reflexão necessária .....	63
3.4 Percepção ambiental das três praças, o lugar e a paisagem .....	65
3.4.1 Praça Sete .....	66
3.4.2 Praça da Liberdade .....	69
3.4.3 Praça da Estação .....	72
<b>Considerações Finais</b> .....	77
<b>Referências</b> .....	79
<b>Anexos</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida neste trabalho, refere-se às formas de uso e apropriação de praças públicas da cidade de Belo Horizonte - MG, especificamente, das seguintes praças: Liberdade, Rui Barbosa, e Sete de Setembro, pois, os espaços públicos se encontram em constante mutação e transformação em virtude das diversas questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Sendo assim, o trabalho buscou também, fazer uma reflexão em relação a abordagem do conceito de Educação Ambiental (EA), e da percepção ambiental, pois a formação do indivíduo e a conscientização da sociedade, são elementos cruciais para a reflexão e a realização de projetos e programas de educação ambiental.

É indiscutível a pertinência da Educação Ambiental em todas as etapas do conhecimento, pois se relacionam diretamente com toda a vida no planeta. Desse modo, os seres humanos possuidores de racionalidade são os responsáveis principais em colocar em prática as ações propostas pela EA a fim de não mais prejudicar o meio ambiente, que por sua vez já demonstra sinais de colapso.

Ao refletirmos sobre o espaço da praça, observa-se que elas se caracterizam por possuir na maioria de seus espaços áreas verdes que, contribuem para manter o clima ameno nas vias urbanas, sendo capazes de dar condições necessárias para a sobrevivência a uma diversidade de espécies da fauna e flora do lugar.

Assim, além de serem públicas as praças são um componente importante no ecossistema da cidade, do urbano, pois as mesmas se configuram num espaço que se assemelha ao ambiente natural, produzido pelo homem.

Por meio do espaço das praças, o homem urbano possui a possibilidade de conviver em ambientes verdes, com a presença de espaços amplos de vegetação, pois a praça apresenta tanto espécies nativas e exóticas, desse modo, a EA deve procurar fornecer instrumentos para iniciar discussões e ações concretas em relação às questões ambientais, sobretudo em espaços como a praça, de modo a aproximar a população, para a reflexão da prática consciente e preparada para os problemas relativos ao ambiente. A educação ambiental nos ambientes não-formais de educação deve sensibilizar a população no para que construam coletivamente o conhecimento com estratégias efetivas de mudança de perspectiva e práticas sociais.

De acordo Arendt (2005), os espaços de vivência e convivência social reivindicam à pluralidade humana as possibilidades do exercício legítimo da convivência democrática e do debate para a construção do “bem comum” e efetivo exercício de cidadania. Assim, parte-se

da leitura das praças como uma dimensão simbólica, importante da vida social dos sujeitos, coletivos e grupos sociais e como “[...] lócus de excelência do espaço público para o exercício da cidadania” (GOHN, 2013, p. 203).

Assim, pensando na configuração social, política e histórica em que foi pensada a cidade de Belo Horizonte, para ser a cidade do progresso, aquela que traria o novo, o moderno e o belo para Minas Gerais e na produção de seus espaços públicos, é que, será abordada a história, a percepção e dinâmica desses três espaços públicos históricos, que estão presentes na cidade desde o seu projeto inicial, da sua criação e formação como cidade.

O Objetivo Geral deste trabalho é compreender como as praças estudadas estão inseridas na cidade de Belo Horizonte atualmente. E os Objetivos Específicos: 1) realizar uma análise entre as formas de uso e apropriação das 3 praças, sua história e seu cotidiano; 2) Refletir sobre o significado da praça hoje na estrutura urbana política, social e cultural da cidade; e 3) Verificar as diversas formas de apropriação desses espaços na atualidade, quem os utiliza e como utilizam, assim como sua configuração ambiental.

Desse modo, foram levantados alguns questionamentos acerca das praças públicas analisadas. Como estas praças podem contribuir para o bem-estar das pessoas? Como acontece o uso e apropriação dos espaços públicos na atualidade? Ocorrem diferenças quanto ao uso e apropriação desses espaços? E por fim, como está a manutenção e conservação ambiental deles?

A motivação para escolha da temática partiu de um interesse pessoal, por lembranças da infância, o quanto as praças eram belas, lugar de encontros e dos mais diferentes tipos de manifestações. Nesta perspectiva, justifica-se a escolha das praças como tema central deste trabalho pela importância delas no espaço urbano, sobretudo na cidade de Belo Horizonte. Assim, um atento olhar geográfico aos lugares selecionados foi determinante para querer compreender mais sobre essa temática e apresentar benefícios diversos como social, estético e ambiental.

Ainda sobre a escolha do tema, as praças são importantes para a manutenção da qualidade de vida das pessoas justamente por serem localizadas em ambientes abertos, com presença de vegetação, árvores, atividades ao ar livre, dentre outros fatores que colaboram para o bem-estar das pessoas e como também da preservação do meio ambiente, pois, as sociedades estão em constante crescimento, logo é preciso pensar na qualidade de vida das pessoas.

As praças possuem inúmeros benefícios dentre eles o conforto térmico, função social e estética por meio do paisagismo. Além de apresentar diferentes tipos de formatos como

triangular, circular, quadrada, também possuem jardins com diferentes qualidades de plantas formando espaços verdes, diversificando a paisagem da cidade. Assim sendo, as praças também possuem viés educativo, pois podem ser utilizadas para a realização de eventos artísticos e culturais sejam estes públicos ou privados e até mesmo trabalhos ecológicos, pois, são responsáveis pela maior parte da vegetação presente nas cidades.

A história das praças está intimamente relacionada com a formação e o surgimento das cidades, assim, os espaços públicos devem ser considerados elementos significantes para a construção e desenvolvimento do urbano, bem como suas várias formas de usos e apropriações.

Como já colocado, na antiguidade as cidades tinham sua formação a partir dos espaços de convivência, do encontro, melhor dizendo, os espaços públicos propiciavam a visibilidade (COULANGES, 1975). Sendo assim, fazer parte da cidade e ser cidadão compreendia ocupar e habitar os espaços de encontro, como participar das festividades e manifestações, assembleias e procissões, ou seja, tinham que participar e vivenciar esses espaços, se envolver na vida pública. Esses espaços públicos personificavam a própria cidade, pois eram nesses espaços que as ações cotidianas se desenvolviam.

De acordo com Bortolo (2015) a integração entre a sua morfologia, paisagem uso e apropriação é que determinavam a formação dos espaços públicos, estes como espaços simbólicos, lugares de memória, de diversos usos e apropriações na história. Assim, para o autor os espaços públicos com seus diversos significados sejam eles, funcionais ou morfológicos, praças, parques, lagos dentre outros, configuram o espaço.

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e pauta-se na observação do fenômeno. A pesquisa qualitativa “busca as transformações das ações e as relações existentes entre os fenômenos sociais, históricos e culturais, não podendo esses ser medidos apenas quantitativamente, devem ser analisados e compreendidos em sua totalidade e em sua multiplicidade. (TOZONI REIS, 2003, p.14).” Seguindo esse pensamento, o olhar do pesquisador é fundamental para a coleta dos dados, o que, segundo Gil (2008) a técnica da observação constitui o principal modo de explicar o real, é uma das formas de situar se orientar, e perceber o outro, além de emitir conhecimento sobre o que compõe o mundo material e o das ideias.

Ainda sobre o método da pesquisa, foi desenvolvido um estudo de caso, sobre as três praças selecionadas. Diante do exposto, de acordo com Becker (1994), o estudo de caso é uma das principais estratégias de análise das ciências sociais, que responde às perguntas como e por que, focando em contextos sociais, atuais.

O método supõe que se pode adquirir conhecimento dos fenômenos a partir da exploração de um único caso, além disso, a autora propõe que, o estudo deve estar preparado para lidar com uma imensa variedade de problemas, descritivos e teóricos, diante disso, é necessário se concentrar em tópicos e questões relevantes sobre o contexto do fenômeno pesquisado.

Desse modo, a metodologia da pesquisa consiste em fazer uma análise entre o uso e apropriação dos espaços públicos por meio do trabalho de campo e o levantamento de material secundário a partir de revisões bibliográficas em teses, dissertações e livros.

Os espaços escolhidos a partir do levantamento das pesquisas anteriores foram: Praça Rui Barbosa, Praça Sete de Setembro e Praça da Liberdade. A escolha<sup>1</sup> dessas praças se deu por meio do levantamento bibliográfico, como colocado acima, onde constatou que elas estão presentes no planejamento original da cidade. De acordo com Amorim (2011); e Silva (2020) e Baeta et al. (2016), esses espaços fazem parte da formação da cidade, compondo o repertório cultural, social e político da cidade, além de desempenharem funções distintas no espaço urbano de Belo Horizonte.

A pesquisa contou com a realização de trabalho de campo nas praças, para coleta das informações/observações não-diretivas (sem contato direto e pessoal com os usuários das praças), as observações partiram de um roteiro prévio, com o intuito de coletar informações sobre o uso e apropriação desses espaços, além dos equipamentos, das atividades que são manifestadas, no seu entorno, como é vivenciado o espaço externo e interno, uso de um roteiro de observação, registros fotográficos e o uso de caderneta de campo.

As visitas ao campo de pesquisa foram realizadas nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2021, e fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2022, nos dias da semana: quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, sem horário pré-definido, pois em um mesmo dia foi possível visitar duas praças, enquanto outro dia, apenas uma das praças por exemplo. Nos dias com mais calor era exaustivo e nos dias com muita chuva não tinha como fazer as observações. Entretanto, todas as visitas ocorreram no período da manhã e tarde, entre 7:30 e 16:00 da tarde. Foi realizado nas primeiras semanas dos meses, respeitando os dias definidos (quarta, quinta, sexta, sábado e domingo) para cada praça, ou seja, cada praça foi visitada em todos esses dias. Ao todo foram realizadas vinte (visitas) observações ao campo de pesquisa.

---

<sup>1</sup> A decisão para a escolha das mesmas pode ser mais bem compreendida ao ler a Seção 2 e 3, sobretudo o item “A História dos três tipos de praças estudadas” que busca trazer a história, e o processo de criação dessas praças e o marco delas para a cidade de Belo Horizonte.

Os roteiros de observação foram adaptados pela autora da pesquisa, a partir de trabalhos anteriores. O roteiro abarcou os equipamentos e a sua conservação. Sendo observado a existência sim ou não do equipamento. O estado de conservação das estruturas e equipamentos existentes, assim o roteiro de observação teve como objetivo identificar a existência dos equipamentos, e atribuir conceito de- péssimo, ruim, regular, bom, ótimo, aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme explicitado a seguir: 0 — | 0,5 √ péssimo; 0,5 —| 1,5 √ ruim; 1,5 —| 2,5 √ regular; 2,5 —| 3,5 √ bom; 3,5 —| 4,0 √ ótimo. Para avaliar os equipamentos das praças, foi utilizada a metodologia adaptada de De Angelis et al. (2004), assim, foram utilizados critérios para pautar a avaliação feita sobre cada um dos equipamentos listados no roteiro de observação.

- Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; desenho; quantidade; distanciamento.
- Iluminação: alta ou baixa - em função da copa das árvores; tipo - poste, super poste, baliza, holofote; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípua.
- Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação; distanciamento.
- Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.
- Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de conservação.  
Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação
- Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.  
Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.
- Palco/coreto: funcionalidade; conservação; design; uso - frequente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
- Obra de arte (monumento, estátua, busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
- Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
- Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.
- Ponto de ônibus e de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.

- Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.
- Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação.
- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; design; estética - se compatível com a praça. Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria; higiene; estética; localização.
- Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação. Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Localização: próximo ou distante de centros habitados; facilidade de acesso. Vegetação: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do 'verde' no conjunto. Conforto ambiental: no presente item inseriu-se conjuntamente o conforto acústico, o conforto térmico, o conforto visual e a condição de tranquilidade.
- Os quesitos analisados foram: presença de agentes causadores de poluição sonora; localização; trânsito de veículos; relação entre área sombreada e não; impermeabilização da área da praça e seu entorno; e caracterização visual da praça e seu entorno.

Destaca-se que a pesquisa está organizada em quatro seções. Na primeira seção: Uso e Apropriação dos Espaços Livres (Praças) no/do Espaço Urbano, a pesquisa buscou discutir a existência de diferentes espaços públicos e privados, assim, no tópico intitulado: As diferentes Acepções de Espaço Público que ainda (Re)existe tem como objetivo discutir as diferentes concepções de espaço público e no tópico: A Produção do Espaço Público Urbano, a discussão dos mesmos e seus espaços públicos, O enfoque é na produção do espaço urbano.

Na segunda seção: A cidade de Belo horizonte: História, e a sua relação com as praças públicas, o primeiro tópico, Uso e Apropriação da Praça Pública na Atualidade discute sobre os espaços públicos, mais especificamente, praças públicas, a sua produção, seu uso e apropriação na atualidade; o item A Cidade de Belo Horizonte, história e formação, tem como intuito trazer a história e o processo de construção da nova capital mineira, a cidade de Belo



Horizonte, o item Praças Públicas: historicidade e Contextualização, pretende fazer uma contextualização histórica das praças existentes no contexto da cidade capitalista, assim como fazer algumas reflexões acerca da origem desses espaços nos mais diferentes momentos da história.

Na terceira seção, A praça: história, percepção e atitudes ambientais. O item A História dos três tipos de praças estudadas, expõe o contexto das três praças escolhidas para compor a pesquisa, e sua importância para a cidade de Belo Horizonte, trazendo marcos históricos e sua consolidação para figurar a identidade social, política e cultural da cidade. No item Meio Ambiente Percepções e Visões de mundo nesse foi feita a abordagem da percepção ambiental, por estar intimamente relacionada com o espaço, com a cidade, e a forma como vemos e percebemos o espaço atualmente.

O lugar e as práticas cotidianas: uma reflexão necessária dada atenção a reflexão sobre o conceito de lugar que é compreendido por nós e na ciência geográfica, assim, como a importância do mesmo para a identidade pessoal, da história e cultura da cidade. E o tópico Percepção ambiental das três praças, o lugar e a paisagem, tem como intuito trazer o conceito de EA e sua contribuição socioambiental, como também, fazer a análise e discussão das informações que foram coletadas durante o período de observação das três praças, e por fim, as considerações finais.

## SEÇÃO 1

### USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES NO/DO ESPAÇO URBANO

#### 1. 1 As Diferentes Acepções de Espaço Público que ainda (Re) existe

Para dar início a essa discussão, iremos tomar como ponto de partida a ideia de que o espaço público é repleto de interpretações e complexidades em relação ao ambiente urbano contemporâneo. É importante compreender que, o conceito de espaço público, não é fixo e acabado, ele é flexível e multidimensional. Dessa forma, o espaço público pode ser compreendido por diversas concepções, uma delas é a de espaço de aparência (ARENDRT, 2007)<sup>2</sup>. Sendo assim, o espaço urbano está em constante disputa, sempre em movimento é a representação da condição humana.

Os autores (CARR et al, 1997; GEHL e GEMZOE, 2002; CARMONA, MAGALHÃES e HAMMOND, 2008; GEHL, 2013) apresentam a perspectiva de espaço público voltada para a sociabilidade e convívio das populações nas cidades, entretanto, faz-se necessário trazer à discussão, a suposta morte dos espaços públicos, citada na pesquisa de Patrícia Cioffi de Mattos, “A proclamação da suposta morte do espaço público certamente coloca em evidência o encolhimento da vida pública nas cidades contemporâneas, mas ao mesmo tempo corrobora com a narrativa de maximização e eficiência do domínio privado.” (MATTOS, 2018, p. 43). Entretanto, a autora defende que o espaço público ainda existe, ainda que modificado, nas suas mais diferentes formas, e o trabalho que aqui será construído, segue essa mesma linha, de acreditar na força e existência dos espaços públicos na atualidade.

Na história das cidades os espaços públicos tiveram grande influência social e política, mas ainda que seja reconhecida a valorização, e importância desses espaços no passado, quando a esfera pública era o centro da vida política, esses espaços eram constituídos de maneira seletiva.

A ágora referência às praças públicas em Atenas, é vista até hoje como espaço símbolo da praça, tinha a participação política limitada aos considerados cidadãos, isto é, aos homens livres, maior de idade e majoritariamente atenienses, excluindo mulheres e escravos

---

<sup>2</sup> Para a autora Hannah Arendt (2007) e Almeida (2018) o espaço público é a condição humana da diversidade, o espaço público é muito mais do que um lugar político, já que se trata de uma condição para a política, da representação dos que atuam nesse espaço, que é deles por direito e deve ser produzido pelo consentimento de todos, para que todos tenham acesso a vida. (ASSAI, J. H. S; SILVA, R. G. A, et al. Filosofia política: emancipação e espaço público. Curitiba: Juruá, 2013, p. 94).

(Souza, M., 2006).” Se configurando assim, em um espaço de poder como mencionado por Mattos (2018), no qual somente alguns grupos sociais participavam dos fóruns e decisões políticas, a autora defende a necessidade de refletir sobre o sentido dos espaços públicos contemporâneos. De acordo com Souza (2006) apud Mattos (2018):

[...]um projeto político-social que inclui uma reconstrução das relações entre as esferas pública e privada, a democracia ateniense se reveste de um valor (não-absoluto) como “bússola normativa”, sem que com isso se esteja a pressupor a possibilidade de qualquer coisa como um “retorno” à divisão entre o público e o privado exatamente como na antiga Grécia. [...] Decerto não se cogita, portanto, de qualquer “restauração”. Mas é intuitivo e proficuo socorrer-se da experiência grega como uma referência inspiradora para o esforço da reconstrução que se afigura necessária (SOUZA, M., 2006, p.331, grifo do autor).

Observa-se que a seletividade está presente nos espaços públicos desde as cidades mais antigas, como as gregas “[...] a experiência grega não exclui os aprendizados democráticos extraídos da polis, mas, sem dúvida, demanda uma reflexão crítica e atualização histórica, pois as cidades e as circunstâncias já não são as mesmas.” (MATTOS, 2018, p. 44).

Os espaços públicos sempre tiveram grande importância na cidade, e no período atual eles continuam ganhando grande representatividade, pois tem sido tema de várias pesquisas e reflexões em diversas áreas, como na geografia, na arquitetura e também pela sociedade que nele produz e reproduz as relações sociais. Ao longo dos anos os espaços públicos vêm passando por diversas transformações onde seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública, ele transformou-se em um múltiplo de sentidos dentro do espaço urbano.

De acordo com Gurza Lavalle (2005, p. 28) a conceituação de público é uma “[...] tarefa complexa que enfrenta diversas dificuldades”.

A diversidade de campos semânticos e problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambiguidade inerente às suas diferentes expressões conceituais — espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade —, tornam especialmente difícil à apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA LAVALLE, 2005, p.28).

A partir das exposições já realizadas, vimos que, discutir o conceito de espaços públicos ainda é uma tarefa árdua, e que muitos autores da geografia, assim como autores das outras áreas tem um grande cuidado em abordar esse conceito, pois ao longo dos anos ele

perpassou por diversas transformações. Assim, existem três campos semânticos para que seja pensado a óptica do espaço público, e eles recebem diferentes compreensões. Dessa forma, podemos pensar:

I O social consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na arte da associação ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos - as grandes urbes;

II Político, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário;

III o comunicativo, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdo, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

O autor coloca que existe esta relação entre a junção destes três campos semânticos: o social atrelado ao convívio, e a interação; o político está associado às tomadas de decisões, processos, e o campo da comunicação que perpassa os conteúdos abrangendo as ações e as diversas compreensões e percepções sociais do mundo. Dessa forma, deve-se ter o entendimento de que não existe um campo da teoria sobre o espaço público, [...] a rigor não existe um campo da teoria do espaço público, pelo menos não no sentido em que é possível se falar, por exemplo, do campo da teoria democrática ou das teorias do desenvolvimento.” (GURZA LAVALLE, 2005, p. 4).

Seguindo esse pensamento, [...] tudo isso é evidenciado quando se desdobra para tentar conceituar e compreender o que é público sem utilizar das velhas e frágeis ideias de que tudo o que não é público, é privado, espaços coletivos que são confundidos com as ideias de serem integralmente espaços públicos etc. (BERTOLO, 2015, P.107).

Bertolo (2015, p. 107), acaba por afirmar que no período entre os séculos XIV e XX, diversos sentidos de público entraram e saíram de circulação, e todos estavam vinculados a três campos de significação, cujo sentido é definido sempre pela oposição às significações do termo privado. Sendo assim, a dicotomia de público x privado só é possível quando seu sentido nos dá uma direção, [...] em se tratando de termo dicotômico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o ‘privado’ lhe define as fronteiras”.

Logo, é possível evidenciar a existência de uma tensão entre o que é público e privado, e as dicotomias a elas associadas. No quadro 1 é possível observar a sistematização das três dimensões a partir da acepção do público e do privado e alguns exemplos históricos de

transição do sentido e usos já extinguidos, como também de usos atuais descritos como qualificativos em cada época que foi analisada, das tensões e dicotomias existentes entre esses conceitos.

Desse modo, o público surge como uma característica da vida pública, com o sentido de intimidade, sociabilidade e de acesso aberto e irrestrito, como espaços da democracia e das manifestações. Enquanto o privado aparece sob o registro da propriedade, mas não daquela carregada apenas com significações, mas sim do mundo privado da intimidade.

Desta forma, pode-se observar que na primeira dimensão a ideia de privado corresponde aos registros semânticos da privacidade, daquilo que diz respeito a vida íntima, que tem direito a reserva de informações, excluindo qualquer direito de intervenção ou participação externa inclusive do poder público, como as escolhas das relações afetivas. Em meados do século XIX, na França por exemplo, utilizava-se do termo privado como uma noção de retirar-se, privar-se do mundo, de domesticar.

Nesse sentido, a noção de “público” remete a ideia de convívio social, de estar presente na vida pública, seguindo essa ideia, conseqüentemente, âmbito favorável para a multiplicação de lugares pecaminosos como: “Mulher pública”, “casa pública” e “telefone público”, entre várias outras conotações que são usos, e adjetivos do “público” que exemplificam o caráter extra doméstico, da compreensão daquilo que não é somente individual.

**Quadro 1:** Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público Período compreendido entre os séculos XIV e XX

<b>Dimensão Social I</b>	<b>Dimensão Político II</b>	<b>Dimensão Comunicativo III</b>
<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluindo das possibilidades de apropriação privada.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo
Próprio de termos como: Parque Público, via pública, transporte público, telefone público, casa pública.	Próprio de termos como: Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Próprio de termos como: Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público.
<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de pessoas
<b>Associa, Organiza Dicotomias como:</b>	<b>Associa, Organiza Dicotomias como:</b>	<b>Associa, Organiza Dicotomias como</b>
Casa x Rua, conhecido x estranho, fechado x aberto, segurança x perigo.	Particular x geral, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade.	Local x geral, opinião particular x opinião geral, irrelevante x relevante.

<b>Tensão:</b> Espaço público como oposto ao mundo da privacidade Público x íntimo (Privacidade)	<b>Tensão:</b> Espaço público como oposto ao mundo da propriedade Público x Privado (Propriedade)	<b>Tensão:</b> Espaço público como oposto ao mundo das particularidades Público x Indivíduo privado (Particularidade)
---	--	--

**Fonte:** Dados de GURZA LAVALLE (2005), adaptado pela autora SILVA (2022).

Portanto, pode-se observar que em cada dimensão analítica, seja no social, no político ou no comunicativo, tais dimensões trazem características distintas e mutáveis de acordo com os interesses e o período em tela. Ao abordar e diferenciar o público x privado, o mesmo traz elementos da vida pública para explicar estas alterações. Seja no social com a apreensão da vida pública x privada, no político com a questão da propriedade e o comunicativo como espaços pensados para a particularidade, opiniões públicas x privadas.

No segundo conjunto, exposto ainda no quadro 1, descrito como “Dimensão Político I” a ideia de privado aparece sob a lógica da propriedade, não daquela imbricada emocionalmente de valores, presente como algo simbólico na vida das pessoas, mas, sim como uma percepção de mundo engendrada na lógica de mercado. Em um mundo moderno é insociável pensar no privado sem a lógica de mercado, pois o sentido de privado foi redefinido e impregnado com os valores do capital, estreitando o campo semântico da categoria e a diversidade das modalidades sociais do privado, seguindo o pensamento de Gurza:

Resguardar bens materiais e imateriais dos usos e abusos de apropriações guiadas pela lógica do lucro remete à institucionalização política de regras e, se necessário, à capacidade de forçar a obediência mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 12)

Para o autor, essa concepção no mundo moderno refere-se ao Estado e ao direito, assim algumas dicotomias fundamentais que estruturam a concepção atual da política estão ligadas a tensões como -particular versus geral, mercado versus Estado, desigualdade versus igualdade, interesse versus razão, secreto versus manifesto- na medida em que o público se aproxima do Geral, Estado, Igualdade e manifesto, é que se percebe a transferência de sentido e adjetivações como: “o poder e o orçamento são públicos”.

Assim, na terceira e última dimensão exposta no quadro 1, “o comunicativo”, traz a ideia de privado mais recente, no entanto restrita, aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo sobre o conhecimento de um número limitado de pessoas da sociedade. E em relação ao público, nos traz a ideia contrária, está relacionado a assuntos amplamente

difundidos e aos receptores, espectadores dessa difusão como: a plateia ou ouvintes de uma mensagem. Assim, a ideia de público relacionado a fenômenos comunicativos é bastante atual, por isso não existem dicotomias históricas nessa dimensão.

No quadro 2 “Evolução das Dimensões do Espaço Público” a seguir, é possível observar a evolução das três dimensões e as características essenciais do sentido de público, assim, vemos que a definição de público foi se modificando ao longo dos séculos, resultando em diferentes maneiras de compreender a concepção de público versus privado e as dimensões postuladas por Lavalle (2005) tanto no social, político e comunicativo, essas mudanças advêm de alterações sofridas pela sociedade e suas ações no espaço, no tempo e na história.

A partir da análise do quadro 2 podemos destacar que, a maioria dos usos de público com significado do que ocorre fora do âmbito doméstico ou no limite da sociabilidade primária, entraram em circulação entre os séculos XIV e XVII. O público referido ao interesse geral ou ao bem comum garantido por autoridade passou a ser utilizado de forma corrente desde o século XVI, precisamente, nos séculos que ocorreram os processos de pacificação e unificação da política, realizado sob a égide do absolutismo.

**Quadro 2: Evolução das Dimensões do Espaço Público – Séculos XIV a XX.**

<b>Social</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>
<b>Público x privado</b>							
Público: notório ou manifesto	x	x	x	x	x	x	x
Publicamente: de forma ou maneira pública	x	x	x	x	x	x	x
Publicamente: má vida pública	x						
Publicidade: lugar ocorrido							
Ibid.: sem ressalvas para algo se tornar conhecido							
Publicana (prostituta)					x	x	
Publique (bordel)					x	x	
<b>Político</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>
<b>Público x propriedade</b>							
Publicação: Promulgar		x	x	x	x	x	x
uma lei por autoridade			x	x	x	x	x
Público: potestade de autoridade			x	x	x	x	x
Público: potestativo					x	x	x
Público: comum ao povo ou cidade					x	x	x
Público: de interesses					x	x	x

gerais							
Público: que pertence ao povo					X	X	X
Publicidade: quem tem estatuto público					X	X	X
<b>Comunicativo Público x Particularidade</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>
Público: audiência ou assistentes					X	X	X
Publicar: editar, difundir, divulgar					X	X	X
Publicar: manifestar em público					X	X	X
Publicidade: meios para divulgar ao público					X	X	X
Publicável: (que pode ser difundido)							X
Publicitário: (referente à publicidade)							X
Publi-reportagem: (documentário jornalístico)							X

Fonte: GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2014).

O sentido de público dado ao que é bastante divulgado começou a vigorar no século XVIII. O social consolidou-se nas instituições civis da vida pública, na arte da associação ou sociedade civil nas regras de civilidade que possibilitam o convívio social entre as diferentes pessoas, o político associado às instituições, o comunicativo é compreendido não apenas como expressão e recepção de conteúdo, principalmente na percepção social do mundo.

Com a realização desse quadro, o autor buscou exemplificar a trajetória sobre as mais diferentes compreensões do espaço público, expondo como as interpretações e conceituações em relação ao espaço público foram se modificando ao longo do tempo. De acordo com Bortolo (2014) as diferenças existentes entre público e privado não devem ser vistas como um problema de compreensão dos dias atuais, pois essa distinção deve ser apreendida e analisada como conceitos e características que assumem diferentes posicionamentos nos mais distintos momentos da história, por conta da sua dinâmica de transformação e as diversas formas apresentadas por vários pesquisadores, sendo relevantes para compreender-se estes diferentes momentos e espaços públicos de lazer estudados atualmente, sua produção uso e apropriação.

Jovchelovitch (2000) realizou em seu trabalho um breve histórico sobre o conceito que temos sobre os espaços públicos, buscando não relacionar apenas com seu oposto “privado.” A autora salienta que na cidade-estado grega a vida domiciliar eram similares a vida privada e a vida política de atribuição pública era considerada fundamental, dado que muitas questões cruciais sobre a vida humana exigiam escolhas que só podiam ser realizadas considerando a



negociação resultante das diferenças. De acordo com a esfera privada para os gregos, era derivada da pública.

Segundo Bertolo (2014) na Idade Média não existia a diferenciação entre público e o privado, pois o que se desenvolviam eram relações de dominação voltada na figura do senhor Feudal. E foi a partir do século XVIII é que ocorreu a cisão entre público e privado: “[...] o público passa a ser o Estado e aquilo que se encontrava excluído deste aparato, passou a ser compreendido como privado.” Para a autora citada anteriormente, apesar das modificações ocasionadas nas relações entre a esfera pública e privada. A esfera privada mantém-se com o mesmo sentido, entretanto, com conteúdo e fronteiras diferentes.

Sendo assim, Jovchelovitch (2000) ressalta dois grandes momentos paradigmáticos para a compreensão da ideia de esfera pública, a cidade-grega, e as transformações ocorridas na Europa desde o século XVII até a primeira metade do século XIX. A autora coloca a ascensão da burguesia como um fator importante para a compreensão das alterações feitas no espaço público. Além de algumas características da sociedade capitalista a presença do Estado, foram todos fatores importantes nessa contribuição, introduzindo a participação política e a relação entre estado e sociedade.

Entretanto, não podemos esquecer de destacar as contribuições trazidas por Gurza Lavalle (2005) sobre as tendências seculares históricas responsáveis pela “entronização da tirania da intimidade”. E os trabalhos realizados por Senett (1978) que expõe a ação nociva do esvaziamento dos espaços públicos, justamente, nesse momento tem-se a consolidação dos espaços públicos na literatura.

Assim, pode-se considerar três elementos postulados pela autora: as mudanças do capitalismo a partir do século XVIII a XX, que impôs transformações marcantes na esfera pública e privada, e no século XVIII os ambientes de convívio social se limitavam a espaços fechados como cafés, teatros e clubes. Os espaços abertos, como parques e praças públicas eram espaços estigmatizados que continham códigos sociais, que permitiam identificar a posição social das pessoas facilmente por suas vestimentas, por exemplo.

Na época citada acima, a esfera privada tinha um valor estimado para o homem, era associada à esfera natural do homem, e a esfera pública correspondia a uma criação social, sendo associada a condição humana e a criação humana de acordo com Sennett (1978). Segundo Bertolo essa compreensão se altera rapidamente no século XIX com o avanço do capitalismo industrial, acarretando três momentos que influenciaram para tais transformações: “I a relação capitalismo industrial com a vida pública urbana; II a reformulação do

secularismo que afetou a forma de interpretar o estranho e o desconhecido; III corresponde ao enfraquecimento da vida como esfera da realização social” (BERTOLO, 2014, p. 15).

Segundo Bertolo apud Arendt, as consequências e as evoluções do público e do privado, acabou por acarretar no surgimento de novos espaços de socialização, e elementos de privatização da sociedade, sendo importante ressaltar que essas configurações do espaço público, sempre levaram tais aspectos para todos os espaços da cidade, ainda segundo Bertolo um exemplo de segregação da produção e apropriação de espaços público ocorrido no século XVIII, foi quando a burguesia necessitava de lugares para socializar com seus pares, assim “[...] construíram os passeios, as alamedas, as avenidas, os boulevares, inclusive em algumas cidades, normatizava-se a vestimenta para passear: com paletó, jaqueta, gravata, vestidos, etc” (BERTOLO apud ARENDT, 2014, p. 16).

Ao se tratar da atualidade, ainda existem alguns países com alguns espaços culturais de gestão pública que obrigam alguns desses costumes, de se vestir à caráter como o *Teatro da ópera* em Barcelona, que obrigava aos homens a usar smoking, entretanto, de acordo com Borja (2006), essas obrigações caíram no desuso, se perdendo no tempo.

Vale destacar que a necessidade por alamedas, passeios, avenidas e parques nasceram da burguesia de se ter um lugar para socializar entre si, o autor relaciona esse período com o início de desenvolvimento de políticas para o espaço público nas cidades da Europa ao final do séc. XIX, políticas que tinham o intuito de embelezamento e a demanda pela criação de esculturas e monumentos na cidade.

Agora na compreensão de Gomes (2002) são levados em consideração dois valores a perspectiva do público e do privado, a igualdade e a liberdade, esses valores acabam por dividir as duas esferas da vida social, a esfera pública e a esfera privada, sendo essas as garantias das condições de igualdade. Para o autor a ideia de liberdade e igualdade em um regime político prevê/pretende estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, com direitos iguais a todos da sociedade.

Assim, no século XX o espaço público tornou-se uma condição para o desenvolvimento de um novo sistema político, sendo assim, Senett (1978) nos coloca que o espaço público deve ser compreendido como um possibilitador de encontros impessoais com os mais diferentes atores sociais, transformando o espaço público em um local de encontros de diferenças, do convívio civilizado, da sociabilidade, na sociedade moderna” [...] que se pensado nas perspectivas dos elementos políticos, buscam a isonomia, mas que socialmente, economicamente e culturalmente pregam a desigualdade e as diferenças (SENNETT, 1978, 42).”

A perspectiva de Lefebvre (1992) entende o espaço público como um produto social, pois ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, o que lhe confere novos sentidos, em diferentes momentos históricos da reprodução das relações sociais.

Dessa forma, as ideias de Lefebvre propõem considerar a passagem de uma análise política da esfera pública para outras dimensões, como a econômica, a cultural e social. O que acaba por sua vez, abranger as variadas relações de poder existentes, sendo esse espaço considerado como uma obra e produto humano, onde há a presença de hierarquias, assim essas relações de poder, dominação e subordinação conferem elementos de articulação para o mercado.

Em busca da compreensão da evolução do espaço público e da sua transformação, Lefebvre traz em seu trabalho a “tríade espacial”, que partiu da estrutura espacial da esfera pública urbana dividida na análise das práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação social o que permite compreender: o vivido, o concebido e o percebido. A análise feita pelo autor nos traz a compreensão relativa à produção do espaço, o que permite uma análise integrada mesmo que os elementos se mostrem separados. Sendo assim, relaciona-se então os conceitos apresentados acima com a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida humana que são abordados e discutidos por Carlos (2001).

Dessa forma, o espaço público segundo Lefebvre (1992), deve ser percebido, compreendido como um espaço global, fragmentado repleto de hierarquias sendo possível reconhecer neles isotopias e as suas heteropias. Nos permitindo observar as várias possibilidades do espaço público além de suas potencialidades, assim como veremos no próximo tópico o espaço público deve ser examinado como um espaço de realidade e inacabada, uma virtualidade.

Harvey (1980) ver e analisar o espaço público como um espaço socialmente produzido que ocorre a partir de uma produção social do espaço e da apropriação cotidiana do mesmo, levando sempre em consideração as relações no espaço, ele não desconsidera as suas diferentes possibilidades e dificuldades que são enfrentadas cotidianamente a partir das próprias contradições do sistema vigente.

Por fim, esse tópico teve como objetivo abordar as principais discussões feitas sobre a ideia de espaço público, como a dualidade existente entre público e privado, alguns marcos teóricos ao longo dos séculos, que nos permitiram pensar e repensar a visão que temos do espaço público, bem como as concepções mais recentes e usuais. Assim, vimos que conceituar espaço público realmente não é uma tarefa simples, pois existe uma grande

complexidade acerca da temática, e o seu conceito não é fixo e acabado está em constante transformação. No tópico seguinte, será dada a atenção para a produção do espaço público e a sua relação com o urbano, as principais ideias e discussões abordadas pelos principais autores.

## 1.2 A Produção do Espaço Público Urbano

A definição da expressão espaço público na ciência geográfica aparecem frequentemente de forma genérica, para denominar espaços abertos ou livres. Dessa forma, a discussão acerca do conceito de espaços públicos na ciência vem ganhando maior visibilidade nos estudos sobre cidades contemporâneas:

O uso do termo ‘espaço público’ é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de ‘espaço urbano’, frequentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública. Nesse sentido o termo vincula-se a outras dimensões, constituindo o domínio da esfera pública e da esfera privada”. (LOUISY, 1988, p. 20).

Assim, a ideia de espaço público que será abordada tem suas bases metodológicas ancoradas na produção do espaço urbano, que vê a cidade como um produto e um condicionante da reprodução da sociedade, que nela vive, estabelece relações sociais, que se manifesta culturalmente e politicamente, ou seja, o espaço construído e modificado, cotidianamente, no uso e na apropriação, aquele que é influenciado e influência.

Na perspectiva de Lefebvre (1976) o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais, assim, o espaço público não pode e não deve ser idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade. A concepção moderna de espaço público proposta por ele, colocava-o como um facilitador de encontros impessoais e civilizados que desempenhavam e respeitavam a lógica do próprio sistema, declaradamente desigual, pois entre as transformações da modernidade estava o desenvolvimento do sistema capitalista, que se autossustenta na desigualdade.

De acordo com Martins (1994, 2000) a forma como a nossa sociedade brasileira foi construída, e a forma como os nossos espaços públicos se materializaram na sociedade, altera essa leitura, pois, se a nossa modernidade foi incompleta, tardia e híbrida, conseqüentemente, não podemos considerar que o espaço público assumiu esses valores, entretanto, não podemos

ser invalidar as possibilidades que os espaços públicos continuamente ofereceram para o encontro, ao diálogo, aos olhares, a discussão, á sociabilidade.

Lefebvre desenvolve seu raciocínio sobre o espaço no sentido da concepção materialista da história, para ele a condição da existência dos homens determina sua consciência e em determinado momento da história, o desenvolvimento das forças produtivas materiais, conflitua com as relações de produção existente. O sentido de espaço na obra de Lefebvre (1986) está atrelado a sua produção. A reflexão sobre o urbano expõe o papel do espaço:

o espaço urbano não exclui a produção, as empresas, as relações industriais: mas a compreensão do termo e do conceito, com temática e como problemática correspondentes, é mais amplo. É, portanto, o território onde se desenvolvem a modernidade – e a cotidianidade no mundo moderno. O conceito foi elaborado para substituir por análises dialéticas (levando em conta a complexidade dos fatos assim como contradições e conflitos) as representações simplificadas, as constatações, o estudo de questões reais, mas parciais; a repartição e as transferências de propriedade, as especulações, a demografia, etc. O conceito sublinha aquilo que se passa e tem lugar fora das empresas e do trabalho, se bem que ligado por múltiplos liames à produção. Ele põe a ênfase no cotidiano na vida das “cidades” (LEFEBVRE,1986, p.161-162).

As relações humanas nos mostram que a ordem capitalista ao se desenvolver reproduz repetidamente subsídios necessários à sua manutenção. No cerne do espaço fragmentado pela propriedade privada no solo urbano, que produz desde a espaços sociais estigmatizados como favelas, guetos e vilas, a espaços como os condomínios fechados. E os bairros planejados e equipados para classes mais altas, e vários tipos de segregação, a separação, e fragmentação das relações sociais. Sendo assim, acaba por sinalizar nesse processo o desenvolvimento do mundo da mercadoria que passa a definir o próprio espaço como uma mercadoria essencial a realização da acumulação sob a égide do Estado.

Segundo Carlos (2007) o espaço aparece como um fator determinante, capaz de explicar o experienciado, ao ponto em que a própria sociedade o produz, apropria-se e o domina, na análise geográfica, o tempo é evidenciado na forma de apropriação do espaço, por meio do uso do espaço como uma condição da ação da vida humana em sociedade. O fazer humano deve ser reconhecido como uma obra contínua, em movimento, no qual os mais diversos usos do espaço se congregam na formação do espaço urbano.

No momento em que compreendemos o espaço urbano como produto social em várias formas de reprodução, nos leva a pensar a ação humana enquanto atividade sequenciada, ação reprodutora que remete aos usos do espaço como uma condição de atuação da vida humana. Ao trazer a discussão do espaço urbano para o mundo contemporâneo a investigação do espaço se põe de maneira indispensável para a compreensão.

A noção de produção na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstituir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras (CARLOS, 2016 p. 58).

A discussão sobre a produção do espaço urbano nos dias atuais infere a inclusão na lógica da produção capitalista que conseqüentemente transforma toda a produção em mercadoria. Então, destaca-se que a noção de produção está atrelada à produção da força humana, do homem, da forma como o mesmo convive no meio social, ou seja, da reprodução das relações que ocorrem em espaços, e lugares distintos a depender da escala, e do tempo.

Ele se manifesta de forma conflitante e contraditória, resultado dos diferentes tipos de relações que se dão no espaço urbano, considerando o contexto econômico atual, e os processos de globalização, o que acaba por evidenciar uma forte diferenciação espacial das localidades. Sendo assim, o homem é reconhecido como um ser social, e com a capacidade de modificar o espaço no qual está inserido, tornando-se um produto em constante processo de reprodução, por isso compreender como se desenrola esse processo de reprodução é importante para a compreensão do próprio espaço e da sua dinâmica.

Segundo Carlos (2005), no espaço urbano acontecem os processos de reprodução das relações, e as modificações quanto aos modos de produção da sociedade, considerando que sem as relações sociais o espaço se torna inexistente, assim, compreende-se que o espaço está em constante movimento, sendo esse movimento intrínseco à dinâmica da sociedade, pois é a própria sociedade quem produz o seu espaço de acordo com sua realidade vivenciada. Desta maneira, o estudo da produção do espaço se consolida nos debates contemporâneos das ciências sociais como um importante repositório para os estudos urbanos.

Ainda segundo Carlos (2007) ao se tratar dos interesses, alterações e relações sociais alinhados ao processo de produção do espaço, faz-se necessário destacar a indissociabilidade percebida ao refletir a cidade e o caráter urbano que ele possui como colocado por Carlos (2007, p.20 e 21):

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial.

Assim, para a autora a materialização dessa atuação é dada através da concretização das relações sociais produtoras dos lugares, sendo a dimensão da produção e reprodução do espaço, capaz de ser vista, percebida, sentida e vivida. Desse modo, o homem se apropria do mundo por meio da apropriação de um espaço-tempo determinado que é aquele da sua reprodução na sociedade.

Conforme supracitado por Carlos (2007) o indivíduo apropria-se do mundo, o que possibilita a reprodução de suas relações sociais, que se materializam num território concreto, esse trabalho materializado se configura na cidade, que é a realização humana. É importante compreender que a produção social do espaço urbano também é composta por vários modelos de comportamento, sistema de valores de tal forma que é fixada uma concretização das relações entre os grupos da sociedade. Diante disso, como já mencionado, o espaço urbano pode ser compreendido como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais.

De acordo com Lima (2019) a dinâmica econômica presente na sociedade é umas das responsáveis pelo processo de reprodução do trabalho observado no espaço urbano. “A dinâmica do espaço urbano nunca se finda, e sim, se reproduz sem interrupção. Está em permanente processo de transformação, no ritmo da evolução das sociedades” (LIMA, 2019, p.15).

Ainda segundo Lima (2019) a discussão ligada ao espaço tem ganhado maior atenção, e está relacionada aos processos de urbanização e globalização. Dessa forma, as novas configurações espaço-temporais que definem o nosso mundo necessitam de novos conceitos referentes ao espaço que corresponde às condições sociais atuais.

Retomando as discussões feita por Lefebvre (2008), para ele o cerne do fenômeno urbano está na centralidade, sendo essa considerada um movimento dialético que a institui e também possui a capacidade de destruir que cria e estilhaça, assim a centralidade não é indiferente ao que ela congrega. Contudo, o essencial do urbano seria a centralidade, a reunião, a centralização econômica e de poderes em oposição ao isolamento da vida camponesa.

Ademais, o urbano aproxima os elementos provenientes da natureza e do trabalho, centralizado por meio das relações sociais, pois a cidade cria a situação urbana onde as

diferenças são originadas uma das outras, não existindo individualmente. O urbano acaba por reunir todas as diferenças, simboliza o encontro, a espontaneidade e o cumulativo de todas as coisas e forças sociais (LEFEBVRE, 2008).

Contudo, o espaço público também pode ser analisado como um produto e possibilitador das relações sociais, assim, o espaço público proporciona a nós questionamentos sobre a reprodução do espaço, suas contradições e conflitos que se relacionam no cotidiano, além dos processos de usos e apropriações das formas e ações dos grupos presentes no espaço social. Devido à complexidade existente no estudo do espaço público. Assim, segundo Serpa (2014) afirma que discutir o papel do espaço público na cidade contemporânea não é uma tarefa fácil, sendo um desafio a ser enfrentado, não somente para a ciência geográfica, mas, também para as outras ciências.

Desse modo, para o autor a ação da cidadania e política, são fundamentais para abordagem da reflexão que é feita do espaço público na atualidade, além da sua acessibilidade. Pois a acessibilidade está diretamente ligada a demarcação de territórios urbanos, à alteridade, contrapondo a uma dimensão simbólica e abstrata a tangibilidade física dos espaços públicos:

Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. (SERPA, 2014, p. 16).

Em relação a materialidade do espaço público, “[...] o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculo à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa” (GOMES, 2014 p. 162). De acordo com o autor, essa condição deve ser uma norma respeitada e vivenciada, considerando todas as diferenças e contradições entre os mais diferentes segmentos sociais que se circulam e convivem, ou seja, as regras e normas de convívio social e os discursos devem ser respeitados.

Não devemos esquecer que, os espaços públicos também são palco de conflitos, de manifestação e da problematização da vida social. Sendo de um lado debate de diálogos por outro palco de contradições, onde se reconhece o interesse público em relação a certas dinâmicas e transformações sociais. De acordo com Habermas (2003) a esfera privada ressignificou a sua presença nos espaços públicos ao determinar novas estruturas, regras e maneiras de consumir, ademais, o setor privado avançou, passando a oferecer uma infinidade



de serviços nos espaços públicos, tornando-se um ambiente de comércio. Para tanto, a esfera pública, compreendida como espaço de disputas sociais, argumentativas e discursivas, concedeu lugar ao modelo determinado pelo mercado, imposto pela esfera privada.

Dando sequência, o momento atual nos aponta que os espaços públicos são configurados por objetos de ação o que corrobora com a ideia de espaço pertencente e acessível a todos os cidadãos, no qual as pessoas possuem ou deveriam ter o direito de agir em total liberdade (ARENDETT, 2010).

Portanto, na atualidade o espaço público foge a sua ideia inicial, de um espaço democrático da sociabilidade de todos, esse espaço passou a ser ressignificado, passando a conter elementos que fogem a sua compreensão do seu sentido inicial já discutido aqui anteriormente. Assim, os tradicionais espaços públicos, como praias, calçadas, e praças passaram a apresentar características próprias do espaço privado.

Assim, para Oliveira (2007) estamos imersos numa crise urbana, e também numa crise de valores, ética e moral, que se manifesta por meio dos conflitos que abrangem a cidade, no que tange ao uso de seu espaço e território. Assim o autor traz a seguinte reflexão sobre o significado que o cidadão adquiriu “[...] confunde-se o cidadão com o consumidor, o cliente, o usuário de bens e serviços em geral. (SANTOS apud OLIVEIRA, 2007, p. 174).” Para o autor, o mercado acaba por transformar direitos em bens e serviços, deveres cívicos em serviços de proteção de crédito criando necessidades e determinando possibilidades.

Para o autor supracitado, o homem só será considerado “cidadão” se puder participar da cidade na condição de usuário e consumidor dela. Assim, esse viés nos expõe a importância da cidadania no contexto da atualidade, pois, segundo Gomes (2014) a cidadania não é uma característica fixa na história das sociedades, onde em cada momento, se define de maneira diversa, e cada forma se reveste de manifestações próprias.

Santos (2014) ressalta que o direito ao espaço público foi privatizado, os espaços como montanhas, praias, calçadas e parques foram liberalmente privatizados. Desse modo, o autor expõe que o lazer na cidade se tornou pago, inserindo a população no mundo do consumo, destacando que o consumo é que dita as regras: “A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegura o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno” (SANTOS, 2014, p. 63 e 64).

Por fim, fica nítido que na configuração urbana, a nova lógica de produzir a cidade, tem grandes influências no espaço público atual, essa lógica acaba por influenciar também na lógica segregadora ao longo do espaço-tempo, os poderes hegemônicos têm grande peso nesses espaços. Assim, a discussão da produção do espaço urbano e espaço público apresenta

grande relevância, pois discutir o espaço público nos permite colocar em evidência questões da reprodução do espaço urbano, assim como os seus processos, formas, funções que surgem da vivência de diferentes grupos sociais.

Diante do exposto, o assunto da próxima seção será permeado sobre os aspectos das cidades, suas particularidades, trajetória histórica, como também, especificamente sobre a cidade de Belo Horizonte, o histórico das praças, o comportamento social de forma a compreender o papel desses espaços públicos para a vida das pessoas enquanto espaços de lazer e socializações.

## SEÇÃO 2

### A CIDADE DE BELO HORIZONTE: HISTÓRIA, E A SUA RELAÇÃO COM AS PRAÇAS PÚBLICAS

#### 2.1 O uso e apropriação da praça pública na atualidade

O presente tópico traz discussões sobre os espaços públicos, mais especificamente, praças públicas, do seu uso e apropriação na atualidade. Sendo assim, ao tratarmos do contexto de uso e apropriação do espaço público na atualidade, não devemos nos esquecer que a importância e os desafios que os espaços públicos hoje nos colocam.

Para abordarmos a questão tanto da produção, quanto da apropriação e usos dos espaços públicos das cidades na atualidade, é importante atentar-se nos pensamentos deixados por Santos (1996) que disserta sobre as principais categorias de análise para a reflexão crítica desses espaços públicos. As categorias abordadas por ele são: Estrutura, Processo, Função e Forma, essas categorias de análise nos dão aporte necessário para compreendermos o porquê do espaço ser considerado um produto social em permanente processo de transformação.

Conforme colocado por Santos (1996) a categoria “Forma” diz respeito ao aspecto visível de certas coisas, ou objetos existentes na superfície. Sendo assim, tem relação direta com um conjunto ordenado de objetos, como os condomínios horizontais (apartamentos) e considerando a pesquisa em questão essas formas irão ser representadas pelas praças públicas. É importante esclarecer que, cada Forma se apresenta com uma configuração distinta da outra, nesse sentido, a Forma é criada e mantém-se na sociedade para executar diferentes papéis ou funções para qual foi criada e produzida, assim aguardando uma suposta em sua dinâmica social, do processo de produção do espaço urbano.

Ao tratar da função dessas Formas, ela se caracteriza por se tratar da atividade essencial de uma determinada Forma espacial, ou seja, podendo residir, habitar e morar, sendo a relação entre a Função e Forma bastante direta. Assim pode-se inferir que as Funções estão materializadas nas Formas, e elas são produzidas, modificadas e elaboradas com diversas Funções. Para facilitar o entendimento das categorias postuladas por Santos (1996) faz-se necessário levar em questão que tanto a Forma como a Função estão interligadas uma com a outra, sendo difícil desvinculá-las, pois, elas fazem juntas partes de uma estrutura, que é o modo de organização e interrelação dos objetos, das ações que compõem o espaço urbano, essas formas se alteram e transformam de acordo com o tempo e o movimento da sociedade e sua estrutura econômica, social, política e cultural no decorrer da história.

Assim, Milton Santos (1996) nos propõe que, se a ciência geográfica pretende interpretar o espaço humano, como consequência histórica que ele é, deve-se atentar ao ponto de que:

Somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1996, p. 39).

Por conseguinte, surge assim então, a importância de compreender o processo de análise a partir do viés econômico social e espacial postulado por Milton Santos (1996) ao empenhar-se em discutir e refletir criticamente sobre o desenvolvimento, modificação e transformação evolução das mais diferentes formas de produção dos espaços públicos na atualidade. Dessa forma, essa análise relaciona-se ao desenvolvimento das mais diferentes sociedades e o contexto no qual elas estão inseridas, além da relação com as forças externas de onde constantemente lhes provém impulso, a base para essa explicação é a produção, ou seja, o trabalho do homem para transformação desses espaços.

Os mais diferentes contextos históricos- sociais, políticos, culturais e econômicos compõem uma totalidade concreta que se institui num espaço temporal, ou seja, são configurados pelo espaço e pelo tempo, lhes conferindo singularidades. Nesse sentido, inferimos uma certa dificuldade na compreensão sobre as mutações de significados da esfera pública e privada, como já discutido aqui nos tópicos anteriores, e como já colocado também por um número significativo de autores que buscam definir o espaço público e seus contextos históricos, evidenciando os diferentes níveis de dificuldades dessa temática.

De acordo com Sobarzo (2006) ao se tratar da apropriação do espaço pelo uso:

[...] as relações poder ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia a dia constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público (SOBARZO, 2006, p.103).

Assim, nas palavras deixadas por Milton Santos (1997) a verticalidade pode ser definida como vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos grupos hegemônicos, afirmando um cotidiano submisso e disciplinado. E as horizontalidades dizem respeito ao lugar e suas forças impostas internamente e externamente, que podem ser de fora, de longe e de cima, o da contra finalidade, localmente gerada. Dessa forma, elas são o palco

de um cotidiano, conforme, mas não necessariamente conformista, e simultaneamente o lugar da cegueira e da descoberta da benevolência e da revolução.

Nesse contexto, Sobarzo (2006) expõe que as análises da apropriação procuram esmiuçar a relação com o habitual (quotidiano) e a construção de identidade e as perspectivas de transformação e mudança a partir da apropriação dos espaços públicos. Ademais, Lefebvre (1975) conceitua a apropriação como a finalidade da vida social e contrapõe à dominação.

Entretanto, de acordo com Lefebvre (1991) e Sobarzo (2006) a oposição entre dominação e apropriação não deve ser compreendida como uma dicotomia entre termos excludentes, porque para Lefebvre (1991) o conceito de apropriação só atinge seu significado cabal quando é contraposto com o conceito oposto e indissociável de apropriação, pois, é nessa esfera da vida cotidiana que os dois conceitos aparecem, “espaço dominado” e “espaço apropriado” se manifestam e podem ser traduzidos na sua inter-relação.

O cotidiano não se limita às atividades diárias, sequer a atos isolados, isto porque, no cotidiano se realizam as “coações” e se gestam as “possibilidades”, assim, as coações diz respeito à dominação e as possibilidades estão relacionadas com a apropriação e a potencial subversão, que através do uso são exequíveis de se contraporem a essa tentativa da dominação (CARLOS,1996). Sendo assim, o cotidiano sintetiza e une a tendência global da difusão do consumo e a ampliação rápida de um modo de vida associado a valores de consumo e das necessidades que são criadas, além de incluir também a possibilidade da superação e criação do novo e das insurgências.

Para Lefebvre (1991) a vida cotidiana exprime uma austeridade, uma espécie de equilíbrio entre o consumo e a produção, as estruturas e superestruturas, além de conhecimento e ideologia, relações que possibilitam considerá-la como um resquício, e como um produto da conjuntura social. Então, na tensão da dominação o cotidiano se reduz ao contexto das mercadorias, do consumo, do predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, entretanto, não devemos nos esquecer que, junto a dominação existe a apropriação no cotidiano e com ela as possibilidades de mutação do novo.

Certeau (2009) salienta que os “usuários” têm a capacidade de superar a sua condição de meros consumidores passivos e dominados. De acordo com o autor, as maneiras de agir cotidianamente são caracterizadas pela criatividade e englobam as diversas práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural, chegando a compor uma rede de “antidisciplina”.

Assim, isso quer dizer que os usuários e as suas formas de se apropriar do espaço estabelecem uma superação da racionalidade planejada e dominante que é imposta, pois o

espaço da apropriação é o espaço do usuário, o espaço vivido. E as vidas cotidianas estão atreladas à relação entre os espaços de representação aqueles que são experimentados e as representações do espaço (objetivas, dominadoras).

Sobarzo (2006) afirma a importância de se trazer o conceito de “lugar” para a reflexão da apropriação, pois possibilita avançar no sentido de aglutinar a capacidade que a vida cotidiana e apropriação do espaço possuem na criação da identidade dos sujeitos, assim como do subjetivo ligado ao vivido, as experiências do uso, que ultrapassam a materialidade do espaço, que engloba o aspecto do imaginário e do simbólico, colocando a perspectiva de mudanças e superação.

Assim, Carlos (1996, p.20) nos define o conceito de lugar como: “a porção do espaço apropriável para a vida (apropriada através do corpo) dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]”. Nesse sentido, o lugar remete ao cotidiano das pessoas, são locais apropriados pelo uso, espaço vivido, imbricado de significados, que constroem a identidade. É como se o lugar tivesse uma vida independente, mas articulado à totalidade do espaço, considerando os vários contextos existentes (o caráter social e histórico do espaço geográfico).

Em busca de dar continuidade no que se objetivou no início desse tópico, será abordada a discussão proposta por Carlos:

O uso tem um caráter local, ele contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida enquanto manifestação dos atos mais banais como ir ao trabalho diariamente, ir à feira, ao supermercado, visitar amigos e/ou familiares, e, estes momentos do uso aparecem como modos de apropriação dos lugares da cidade, através do corpo humano (CARLOS, 2008, p.10).

De acordo com a autora, a cidade passa continuamente por diversas transformações, por conta das políticas públicas ou de estratégias imobiliárias, que causam uma redefinição no uso do espaço urbano, transformando-o em mercadoria. Ainda segundo Carlos (2008) a cidade é o resultado de um processo histórico da atividade humana, por isso constitui-se como um produto social, pois esses sujeitos têm a capacidade com o seu trabalho de atuar sobre a natureza e modificá-la.

Assim, a realização humana se constitui de uma maneira concreta e dinâmica, com uma realidade suscetível de ser transformada. Para compreender essa realidade, faz-se necessário uma reflexão acerca das definições pré-existentes, da nossa realidade para um desenvolvimento e metamorfismo dos fatos já existentes, assim como, é preciso também

apreender os fatos a partir de suas contradições, e integralidade na qual esse todo necessita de uma estruturação do modo de produção existente e das relações que são determinadas pelos sujeitos.

Nesse sentido, a cidade é estruturada no seu cotidiano por meio de lutas diárias, e sendo um produto de relações sociais assume uma dimensão histórica, assim Carlos (2005) afirma que a dimensão histórica é essencial para apreensão da natureza da cidade, assim, não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado “[..] pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. (CARLOS, 2008, p.57).

Concordando com Bortolo (2020) e Corrêa (2001) as cidades são oriundas de processos cumulativos de todas que antecederam, materializando tanto no espaço como na paisagem os aspectos dos sujeitos que a constrói. Assim, nas cidades são materializados contextos sociais, e nesse sentido, como já mencionado aqui, a cidade é produção social, cultural e econômica, quer dizer, é produto da sociedade na qual está inserida, e a sua configuração e representação são reflexos da sociedade que a produz.

Sendo assim, a cidade se configura numa expressão concreta de jogo de interesses dos mais diversos agentes produtores do espaço urbano Corrêa (2001) e, é assim que os espaços são produzidos e organizados. É neste contexto que os espaços públicos urbanos são reconhecidos como espaços de encontros e marcam a paisagem urbana, melhor dizendo, é parte do desenho urbano e impacta em sua organização social e espacial.

Seguindo a reflexão realizada por Bortolo (2015) os espaços públicos na cidade contemporânea além de realizarem a sua função essencial também são usados, apropriados pelo mercado imobiliário, que desempenha um forte papel nas cidades contemporâneas atualmente, eles agem de forma que os solos urbanos ganhem ou percam valorização do seu *Status*, sendo as praças elementos essenciais nesse cenário, pois elas permitem variações em seus usos e encontros.

Para Carlos (1994) a cidade é parte visível dos processos e fenômenos sociais, é a partir dessa ideia que podemos inferir que a mesma é formada por um complexo de elementos entrelaçados em sistemas e funções, e essas funções podem ser alteradas a depender dos seus diferentes usos e apropriações de seus agentes sociais.

Desse modo, considera-se que a formação e organização das praças, assim como as ações desempenhadas, não se restringem apenas ao viés econômico, a de se considerar o modo como as pessoas vivem, a percepção dos indivíduos de ver o outro, além do acesso a cidade, a urbanidade, e dos equipamentos de uso coletivo como os das próprias praças.

Segundo Santos (2007) os espaços públicos são na sua maioria urbanos, pois sua origem está interligada ao processo de construção das cidades, então, é a partir desses espaços que se compactua um acordo social urbano, no qual cidadãos são incluídos ou excluídos de viver na cidade. Dessa forma, para Santos (2007) o espaço público não é apenas uma consequência desse pacto, mas sim, uma condição para que o pacto aconteça. Sendo importante ressaltar que o acesso ao uso desses espaços na contemporaneidade não se dá de forma igualitária para todos os cidadãos, no qual os pobres e ricos são inseridos de forma distinta no espaço.

De acordo com Serpa (2004) a acessibilidade dos espaços públicos não está associada apenas às condições de renda, está associada também a demarcação simbólica:

Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shoppings e prédios públicos (SERPA, 2004, p.22).

Sendo assim, os espaços públicos refletem a complexidade existente nesses espaços, assim como a diversidade da cidade que estão inseridos esses espaços. Esses espaços públicos de acordo com Bartolo (2015), Batista e Ribeiro (2018) não devem ser apreendidos em toda sua amplitude e magnitude, apenas na visão antagônica da dualidade de público versus privado, e sim que as transformações sociais interferem nas conceituações do conteúdo de público e de privado. Já no contexto do capitalismo por exemplo o espaço público é produzido pelo viés do consumo e do lucro, assim, passam a evidenciar nesses espaços elementos de segregação e exclusão social.

Ao tratarmos sobre o uso do espaço temos que ter a reflexão de que este é desigual, como já colocado por Carlos (2008), pois nem todos os sujeitos presentes na cidade terá acesso a ele, enquanto uma parcela usufruir esse direito, a outra será negada, ou seja, a implementação e a distribuição dos bens e serviços ocorrem de forma desigual e fragmentada, resultando num processo e segregação socioespacial, que se sustenta na valorização capitalista do uso do espaço.

Desse modo, a cidade se apresenta de forma excludente, com uma paisagem diferente, que revela os distintos interesses que se encontram em disputa na cidade, a paisagem porque, de acordo com Santos (1997) ela é o domínio do visível e não se forma apenas de volumes, mas também de formas, movimentos e cores, além dos odores e sons. Para o autor, ela é o conjunto de coisas, objetos que o nosso corpo tem acesso e se identifica. Já para Carlos



(2008) a paisagem urbana é afirmação da ordem e do caos, é manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, mantendo-se no nível do visível e do imediato.

Em relação ao processo de segregação urbana nas cidades, várias são suas formas de manifestação. Segundo Lojkine (1997) tem-se o processo segregativo entre centro e periferia, e em relação aos equipamentos coletivos distribuídos pela cidade, como o uso do transporte público, cuja disponibilidade precária dos transportes contrasta com os privilégios do uso do automóvel, assim a prioridade volta-se para a criação de ruas, avenidas, viadutos e não a uma política que viabilize a melhoria do transporte público.

Essas modalidades de segregação acabam por expor como se dá a lógica perversa do capitalismo, que contribui para a fragmentação do solo urbano, na medida em que seu uso se dá em função dos interesses do capital. Assim, na atualidade, sobretudo nas grandes cidades, é explícito esse processo de segregação, sendo fácil de identificar quando caminhamos e nos deparamos com diferenças nas ruas dos bairros, enquanto alguns possuem um maior número de equipamentos e serviços e outros não contêm o básico de infraestrutura.

Sobre as características das relações capitalista, é possível constatar que, o valor do uso do espaço é modificado, abrangendo na produção mercantil, de maneira que o efeito para a rentabilidade urbana será a desigual distribuição social, logo, a segregação espacial do seu uso (LOJKINE,1997).

Destarte, a distribuição do espaço, como já mencionado, se dá em função do poder aquisitivo dos mais diversos sujeitos sociais presentes na cidade, e no lugar que estiverem bem ou mal distribuídas as condições e equipamentos. Sendo que a forma como os equipamentos urbanos são distribuídos implica no tratamento desses espaços os transformando em mercadoria, assim os locais mais bem equipados são aqueles onde residem pessoas com melhor poder aquisitivo, pois estes têm condições de consumi-lo como mercadoria.

Nas ideias de Mayol (2002) o espaço engendra a apropriação como um processo de privatização progressiva do espaço público, que é dado pelo seu uso habitual. Portanto, considerar a apropriação como um processo de privatização do espaço público, acabam por relacionar as tensões relacionadas a dicotomia do público versus privado. Sobarzo (2006) expõe que, embora a apropriação é realizada na escala do corpo o indivíduo a partir do seu corpo o indivíduo alcança uma outra escala representada no espaço público do bairro, como colocado no trabalho de Mayol (2002).

Contudo, Sobarzo (2006) discorre que, devemos superar a visão dicotômica de público versus privado, pois, só assim será possível compreender a apropriação e conseguir prosseguir

para uma concepção onde esses dois pares sejam uma complementaridade ainda que sujeita a contradições. Por fim, a dualidade de público versus privado, deve ser estudado e considerado como produto e produtores da apropriação, criando e recriando relações de identidade e de identificação para seus usuários, pois esses espaços permitem analisar a interação de público e de privado na apropriação por meio do uso e das práticas cotidianas.

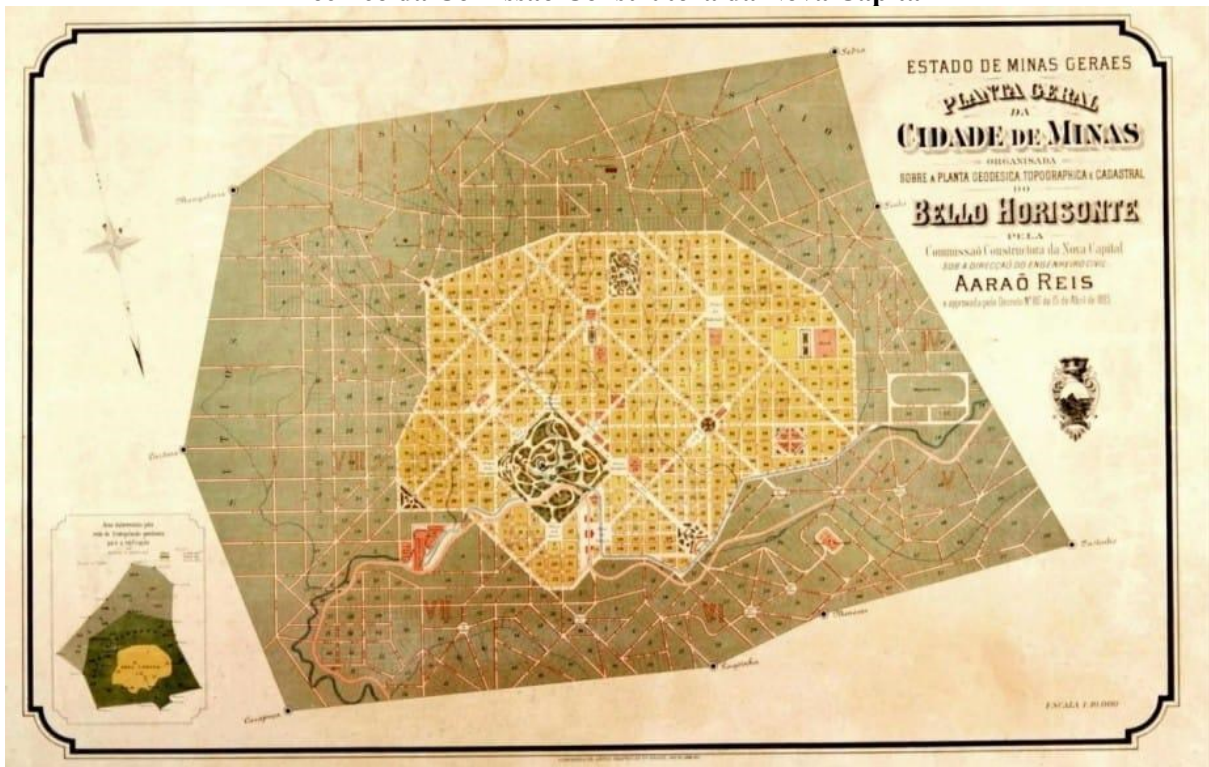
Com base no exposto, após a compreensão do espaço urbano e suas particularidades com as relações sociais, o próximo item irá tratar especificamente da cidade de Belo Horizonte, destacando fatores históricos, culturais, sociais e a apropriação dos espaços públicos.

## **2.2 A Cidade de Belo Horizonte, história e formação**

A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, para ser sede da administração pública, política e econômica do Estado de Minas Gerais. O projeto na imagem 1 elaborado pelo grupo de Aarão Reis para Belo Horizonte como uma síntese entre Paris de Haussmann e Washington de L'Enfant- “Os encontros” que representava a modernidade, já esboçava a segregação, a diferença e a hierarquização dos espaços na cidade.

A cidade planejada sob a égide positivista, cujo preceito básico era a ordem. Assim, a nova cidade de Minas Gerais (capital) se conformou como uma cidade planejada a autoridade da ciência e racionalidade técnica, ideias presentes no século XIX. A área urbana, que congrega a área central da cidade, abrigava o bairro comercial, que exerceu o papel de centro urbano nas primeiras duas décadas da nova capital.

**Figura 1- Planta Geral da Cidade de Minas, Escala 1:10.000 (1895) elaborada pelo Escritório Técnico da Comissão Construtora da Nova Capital**



**Fonte:** Panorama de Bello Horizonte: Atlas Histórico. Disponível em <<http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>>

Segundo Signorini (2017) o processo de desenvolvimento da construção da cidade deu-se através da perspectiva de construção de memórias, substituindo a memória histórica recente pela memória oficial. O apagamento que ocorreu nesse período diz respeito a remoção de toda a população do vilarejo existente, para abrigar uma população nova e diferente para compor a nova localidade e um novo regime de governo, uma sociedade que passaria aderir uma nova ordem da qual nada se sabia, mas cujo objetivo era alinhar o país, a cidade, às nações mais civilizadas em direção ao progresso.

Sendo assim, a adaptação desses cidadãos que não tiveram tempo suficiente para assimilar a nova conjuntura social surgida a partir da abolição- A tão sonhada Belo Horizonte- Seria composta por uma elite que não fazia ideia sobre a forma que a nova república assumiria.

A nova cidade, queria apagar por completo o seu passado colonial, o que era evidenciado em seus cartões postais, pois evocavam a tradição, claramente, vinculada à cultura francesa do séc. XIX em busca de fugir totalmente do passado imperial brasileiro, foram oportunamente utilizados para reafirmar o caráter cosmopolita, escondendo o passado da cidade, que passará a se comprometer com o desenvolvimento que, inelutavelmente renunciou ao belo para se tornar uma metrópole.

O projeto do engenheiro Aarão Reis para a criação da Nova Capital do estado de MG, apagava o passado do antigo arraial, para dar “ar” à cidade do progresso. A criação de uma imagem forte da República, a figura de uma cidade que iria acolher duas esferas de poder, uma estadual e outra municipal, sem dúvidas.

O projeto proposto a nova capital exprimia o apagamento e esquecimento das memórias do passado, pois ela estava encarregada de disseminar e difundir novos paradigmas que se colocaria no lugar do império, da escravização e do colonialismo, se livrando de qualquer atraso social, político, econômico e cultural, de acordo com Signorini (2017, p. 28) o desenho realizado pelo engenheiro Aarão Reis foi uma imagem publicitária:

O desenho do projeto da cidade foi a imagem “publicitária” divulgador dos ideais republicanos porque propunha uma nova forma de concepção de cidade, essencialmente oposta às cidades brasileiras surgidas no período colonial. O projeto aponta não apenas para um desenho racional de cidade dentro dos princípios positivistas e higienistas dominantes no final do século XIX, mas propõe uma nova forma de vida urbana, de deslocamentos, de morar, de convivência, de lazer, de organização e hierarquização dos espaços - poder estadual, municipal - áreas residenciais, hospitalares, escolares, comerciais. Propõe, ainda, uma delimitação clara das áreas urbanas, suburbanas e rurais.

O projeto pensado pelo engenheiro Aarão Reis figura 1 mostrada anteriormente, pretendia implementar uma cidade fechada e controlada, projeto que tinha a concepção de cidade ideal, modelo de cidade que retoma a utopia de cidades ideais do Renascimento, a cidade jardim de Howard aos espaços grandiosos do barroco que inspiraram o projeto de Paris, de Washington e muitas outras cidades que foram concebidas numa esfera de poder. Portanto, foi a partir dessa imagem construída para a mais nova cidade que surgira, dando início a campanha de criação da nova capital e o esquecimento da história e cultura do arcaico e velho arraial Curral Del Rey. Figura 2 abaixo.

Segundo o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2008), o antigo Curral Del Rey, era um arraial presente no local onde hoje está construída a cidade de Belo Horizonte, esse arraial foi praticamente todo demolido para dar lugar a nova cidade:

Com a Proclamação da República, o arraial do Curral d’El Rey - antes mesmo de ser escolhido como o local para a criação da nova capital do estado de Minas Gerais - já ansiava pela mudança de seu nome. Influenciado principalmente por membros de uma sociedade denominada Club Republicano, que atuava na divulgação dos ideais republicanos. (SIGNORINI, 2017, p. 30).

O antigo e considerado velho, o vilarejo Curral Del Rey estava em desconforto com os novos ideais que estavam surgindo, para Barreto (1936) o nome Curral Del Rey soava mal ao ouvido e era uma declaração de atraso, interpretação que vários Curralenses não concordavam. A partir do surgimento desses novos ideais começa então uma rápida e intensa campanha para a mudança do nome Curral Del Rey para Belo Horizonte. Sendo assim, em 1890, cumprindo a exigência feita pela população local, o governador do estado João Pinheiro, decreta a mudança de nome do arraial para Belo Horizonte, e em 14 de fevereiro de 1894, o presidente do Estado Dr. Afonso Pena, assinou o decreto autorizando executar as obras de construção da nova capital “em Belo Horizonte.”

**Figura 2-** Antigo Curral Del Rey 1896



**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Aproximadamente 120 anos, Ouro Preto deixava de ser a capital de Minas Gerais para dar lugar a nova capital Belo Horizonte, uma cidade que seria completamente planejada e moderna, o que seria muito diferente da antiga e histórica cidade de ouro preto. O plano da moderna capital, foi elaborada por uma equipe de engenheiros, arquitetos e técnicos que ansiavam por uma cidade dividida em três áreas: uma área central, denominada de urbana, ao seu entorno, uma outra denominada suburbana e uma terceira chamada de rural. Após muitos

anos, ainda hoje muitos espaços planejados e edificados naquela época estão preservados. Como a praça da Liberdade, conhecida hoje como o circuito Cultural Praça da Liberdade.

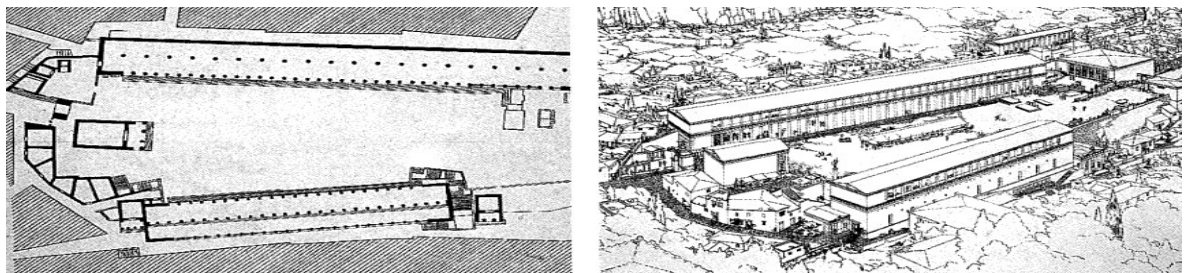
O próximo item tem a finalidade de descrever o contexto histórico das praças públicas, bem como os reais motivos para se ter esses espaços nas cidades e suas utilidades. Com base nisso, compreender a dinâmica das praças da cidade de Belo Horizonte e suas funcionalidades.

### 2.3 Praças Públicas: historicidade e Contextualização

O intuito desse tópico é a contextualização histórica das praças existentes no contexto da cidade capitalista, assim como fazer algumas reflexões acerca da origem desses espaços nos mais diferentes momentos da história, considerando sua forma, tipo e funções, destacando elementos que nos permitirão compreender um pouco da história das praças, para pensar as existentes na cidade de Belo Horizonte, assim como os tipos que serão abordadas aqui nesse trabalho.

Como já mencionado anteriormente, os principais autores que estudam as praças, consideram que seu nascimento se deu na Grécia antiga e na Roma sendo intencionalmente pensados e projetados como ágora (Figura 3) para os gregos, e o fórum para os romanos De Angelis et al (2005). Para esse autor a ágora correspondia um espaço dinâmico da cidade Grega, sendo a ágora a antecessora histórica da praça atual.

**Figura 3:** Reconstituição da ágora da cidade de Assos



Fonte: Orlandi (1994)

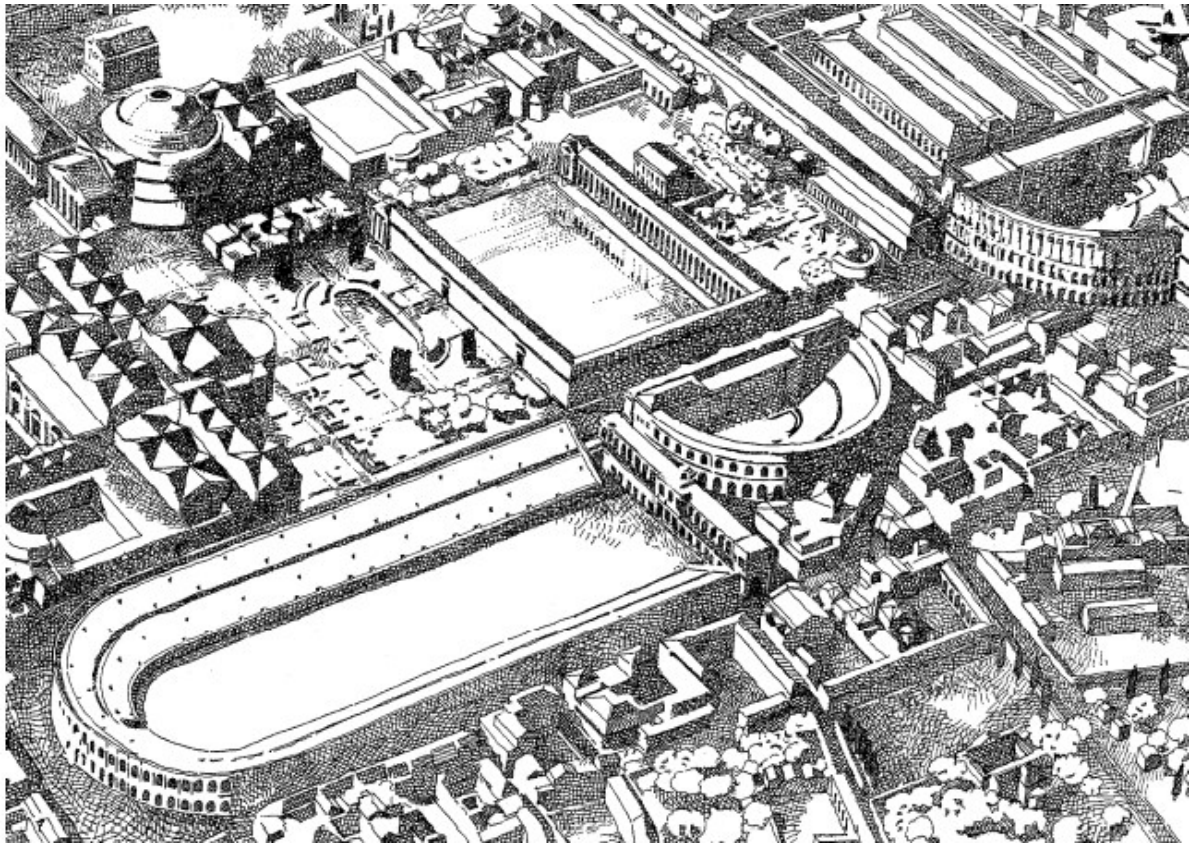
De acordo com De Angelis et al (2005) a história expõe que a praça ocidental tem sua origem na ágora ateniense, lugar de reunião e discussão do futuro de muitas cidades gregas. A ágora tinha um sentido político, não somente, mas a ágora era um espaço público de muita visibilidade e um dos espaços mais estimados da cidade grega que não tinha uma forma definida ou regular.

Esse espaço caracterizava-se como construído, permanente e fixo com grande importância política, pois era o local onde se definia assuntos importantes para a vida das

peças e das sociedades gregas. Robba e Macedo (2010) afirmam que a praça historicamente era um espaço aberto e delimitado por um mercado.

Segundo Rostovtzeff (1983) a praça tem sua origem também do fórum romano as suas características se diferenciavam da ágora por conta de seus traços complexos e desordenados, na qual se misturam os edifícios designados a diversas funções. O fórum romano figura 4, representa o símbolo do poder em escala monumental.

**Figura 4:** Reconstituição do fórum romano



**Fonte:** Orlandi (1994)

O estudo sobre as praças públicas seja no Brasil ou em outras nacionalidades são vastos, muitos autores se preocuparam em realizar trabalhos com o objetivo de trazer a conceituação, a história e o significado desse espaço para a cidade.

Em relação ao significado desse espaço se for feita uma busca simples em um dicionário Aurélio, vamos encontrar que praça está relacionada a uma área pública sem construções, dentro de uma cidade, e é um local aberto onde se compra e se vende, mercado, feira, para o dicionário a palavra praça se resume a essa conceituação, espaço largo e aberto,

mas para os autores que aqui serão abordados a praça vai muito além de um espaço público aberto, o seu significado é amplo e diverso.

Segundo Font (2003) ela é vista como um espaço público que visa reunir, é um palco representativo de cultura e histórias construídas pelos homens que habitam a cidade detentora de símbolos e significados.

A praça em termos gerais abriga uma série de acontecimentos, as praças representam espaços coletivos que nos permite perceber a complexidade de formas e funções que podem ser encontradas nas mais diversas civilizações. Elas são espaços largos ou estreitos, fechados, vazios regulares ou irregulares, monumentais e formais estão sempre representadas nos croquis das cidades, fazendo parte de sua estrutura e organização.

De acordo com Caldeira (2007 p. 13) “Da antiguidade clássica à era contemporânea, as praças representam elementos, síntese da organização urbana, por constituírem lugares de manifestação e de culto, propício à interação social.” Atrelando ao espaço coletivo, o vocábulo “praça” abarca, questões sociais e culturais, por representar o lugar de encontro, local que se desenvolve a convivência, lugar de identidade, onde ocorre troca de relações, espaço em que os grupos sociais se reconhecem, coexistem, criam e recriam possibilidades (LOUISY 1988 p.18). De acordo com Caro (1990, p.39) ela pode ser definida como:

[...] qualquer espaço dentro da cidade, onde, por sua forma, atividade ou concentração de usos se produz a sensação existencial de ‘estar’ e que pode constituir um foco ou um centro de atração. Especialmente corresponde ao conceito de volume oco entre edifícios que servem para defini-lo e determiná-lo como lugar particular.

Sennett (1988) recorda que inicialmente a praça surge como um dos elementos que arranja, ordena o espaço urbano, reorientando os papéis sociais, e em seguida a partir do século XIX, ela passa a ser definida em função de uma concepção de cidade, a cidade contemporânea.

É na primeira metade do século XIX que as cidades são relacionadas a ideia de modernidade, passam a ser problematizadas em questão urbana, imaginada como um espaço de tensões empíricas e conceituais, ideia que perdura na formulação do paradigma que conduz o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas (BRESCIANI, 1992).

Em relação à morfologia da cidade, as praças diferenciam-se de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem



conformada pelas edificações. Constituem espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como pontos focais na organização da cidade Caldeira (2007 p.13).

Ao passar de cada século, os jardins tiveram suas interpretações e características relacionadas ao pensamento paisagístico, influenciadas pela exaltação da natureza, sobretudo no que remete à atividade de planejamento. É no final do século XVIII que no Brasil surge a tentativa de aproximar-se do meio ambiente natural, organizando-o a partir de uma ordem e de um princípio humano, fará com que os jardins sejam adaptados às nossas particularidades, buscando estimular nossa sensibilidade às paisagens (ANGELIS et.al.2005, p.12 e 13).

Nesta perspectiva, percebe-se que desde o princípio das cidades, a praça esteve associada ao verde, ao natural, em busca de estimular a sensibilidade das pessoas, a percepção ao ambiente natural, ao lazer e descanso em meio ao cotidiano acelerado das cidades. Tais percepções serão tratadas na seção três a seguir.

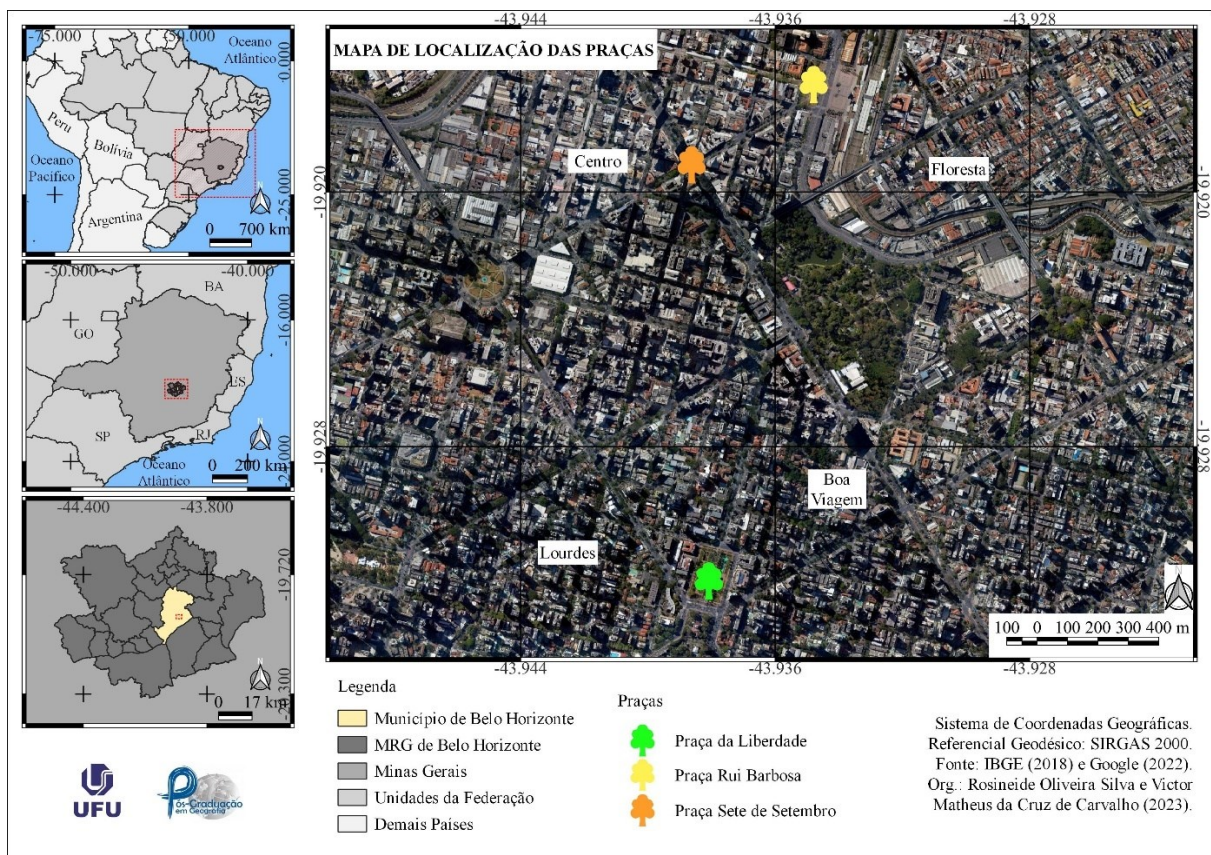
## SEÇÃO 3

### A PRAÇA: HISTÓRIA, PERCEPÇÃO E ATITUDES AMBIENTAIS

#### 3.1 A História dos três tipos de praças estudadas

Nesse tópico será feita a abordagem da história e características das três praças: Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), Praça Sete de Setembro (Praça Sete), e Praça da Liberdade, ambas as praças estão localizadas na região Centro Sul da cidade de Belo Horizonte, figura 5 “Mapa de Localização das Três Praças estudadas, mostrando a distância existente entre elas, em amarelo a praça Rui Barbosa, próxima da praça Sete de Setembro na cor laranja e de verde a praça da Liberdade.

**Figura 5:** Mapa de Localização das três Praças estudadas



**Fonte:** SILVA; CARVALHO (2023)

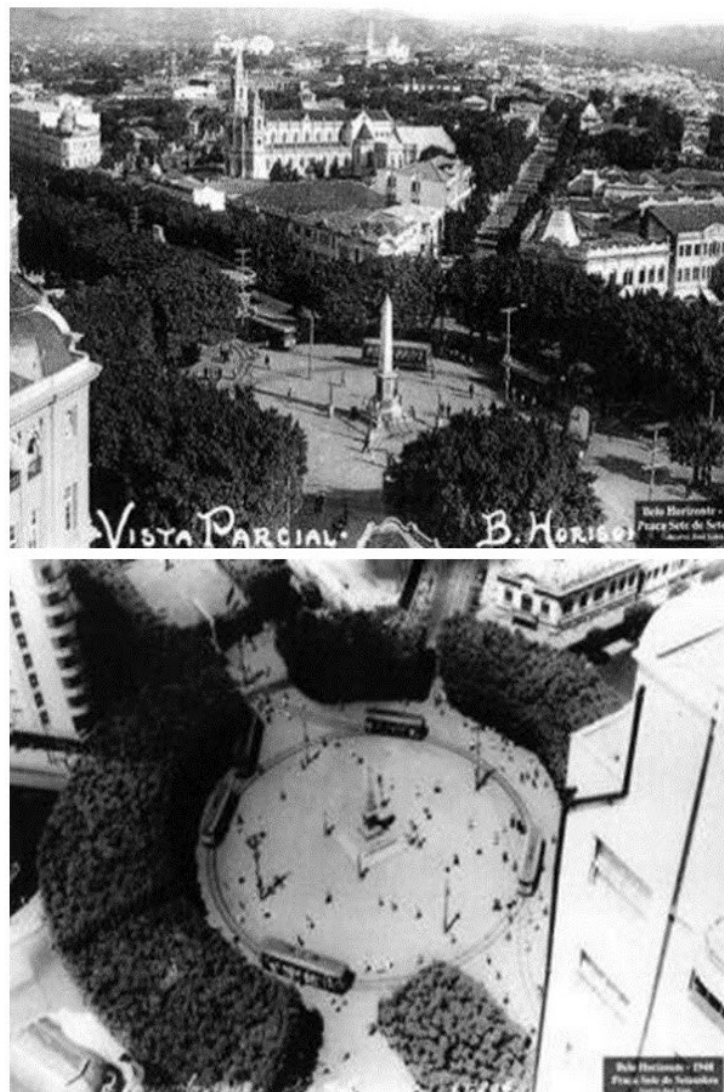
#### 3.1.1 Praça Sete de Setembro

A praça Sete de Setembro figura 6 e 7 representando a praça, foi projetada pelo engenheiro Aarão Reis, no final do séc. XIX e está localizada nos cruzamentos das principais avenidas da cidade, av. Afonso Pena e Amazonas, o espaço já se chamou Praça Doze de Outubro, entretanto, em 1922 o nome se oficializou para Praça Sete em comemoração do

centenário da independência do Brasil, e atualmente é popularmente conhecida como Praça Sete.

De acordo com Santanna (2008) apesar da Praça sete ser vista como uma praça atualmente, seus espaços não apresentam uma configuração clássica de praça. Assim, a praça se configura com grupos de espaços públicos constituídos pelas equinas do cruzamento das principais avenidas, os quatro calçadões dos quarteirões fechados, e o obelisco central que cortam as avenidas.

**Figura 6 e 7:** Mosaico Praça sete em 1940 e 1948



**Fonte:** [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-95YS3X/1/monumentos\\_mem\\_ria\\_e\\_cidade\\_\\_\\_estudo\\_de\\_caso\\_em\\_belo\\_horizonte\\_\\_\\_eduardo\\_h\\_enrique\\_de\\_paula\\_cruvinel.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-95YS3X/1/monumentos_mem_ria_e_cidade___estudo_de_caso_em_belo_horizonte___eduardo_h_enrique_de_paula_cruvinel.pdf)

No ano de 1989 a Praça Sete de Setembro passou por um projeto de revitalização de seus espaços, o que representa o trabalho em conjunto de diversos escritórios de arquitetura de Belo Horizonte, que se dividiram em equipes, se encarregaram de cada um dos quatro quarteirões fechados da praça. Além da valorização do obelisco – marco simbólico por excelência do Hipercentro – foram criados quatro quarteirões fechados e cada um recebeu uma denominação de grupo indígena: Xacriabá, Maxakali, Krenak e Pataxó.

No seu entorno se localizam prédios que marcam a paisagem da cidade: a sede do Banco Mineiro de Produção, inaugurada em 1953, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e o Cine Brasil, principal referência arquitetônica da Praça. A década de 70 marca uma das intervenções ocorridas na praça, o fechamento dos quarteirões que compõem a praça, para construir no local passeio público com jardineiras e bancos espaços que seriam destinados a convivência.

A partir da década de 70 a praça sete passou a ser ocupada por diversos grupos sociais, que permanecem no espaço da praça ou apenas transitam por ela, assim, os quarteirões da praça Sete se tornaram um dos poucos espaços de convivência da região central de BH, até mesmo nos dias de hoje.

Segundo Nascimento et al., (2003) a década de 80 busca responder as questões relacionadas a revalorização dos espaços centrais das cidades. A partir disso, objetos de políticas específicas de preservação buscavam solucionar os problemas de deterioração dos espaços públicos.

O hipercentro da cidade de Belo Horizonte não ficou de fora no que diz respeito a degradação e desvalorização de seus espaços públicos. Sendo assim, a imagem que se tinha dos espaços presentes na parte central da cidade era de decadência, criando um estigma de lugar sujo, perigoso, violento e que necessitava de ordenação. Desse modo, a praça sete foi o espaço preferencial para as primeiras intervenções realizadas no espaço central. Após anos de reforma a praça Sete ainda possui uma imagem negativa de seus espaços.

Nesse sentido, catorze anos após as intervenções, a vitalidade e diversidade de seus espaços, questionadas à época da reforma, permanece, já que é possível observar a apropriação dos quarteirões fechados por grupos distintos. No entanto, sua imagem está, novamente, associada à decadência. (NASCIMENTO ET AL. 2003, p. 6).

Entretanto, seus espaços não deixaram de ser ocupados por grupos sociais diversos, pois a praça manteve o seu caráter de convívio, permitindo as trocas culturais, sociais, políticas e comerciais.

### **3.1. 2 Praça Rui Barbosa- “Praça da Estação”**

A Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação que aqui será estudada, acompanha a história de BH, antes mesmo da inauguração da cidade em 1897, a Praça da Estação já ocupava um lugar de destaque por ser uma passagem obrigatória para os que entravam e saíam da cidade em construção:

A Praça Rui Barbosa é a Praça da Estação, a porta original de entrada na nova capital mineira, a praça do povo, por onde chegava o trem de Minas. Apesar de ter sua pedra fundamental lançada em 1894, antes da inauguração da cidade portanto, a sua construção só se iniciou em 1904 e só terminou em 1914. Como exemplo da rápida substituição de edifícios que viria marcar a história da cidade, a praça teve seu primeiro prédio da Estação (belíssimo, projetado por José de Magalhães) substituído por outro, projetado por Luiz de Olivieri, inaugurado em 1922, também de grande beleza (CASTRO, 2006, p.23).

Posteriormente, na década de 20 e 30 a região se afirmou também como um lugar de lazer após a reforma paisagística da praça e substituição do antigo edifício da Estação pelo atual. Segundo Murta (2008) um antigo prédio figura 8 demolido em 1920 da Estação de Minas.

**Figura 8:** Representação do Conjunto Praça da Estação



**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2019)

Abrindo espaço para abrigar o novo edifício em estilo neoclássico da Estação Central figura, sendo inaugurado em 1922 e tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) em 15 de março de 1988 figura 9, pelo decreto 27.927 junto com o conjunto arquitetônico e paisagístico da praça Rui Barbosa.

**Figura 9:** Conjunto Praça da Estação



**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2019)

De acordo com o Arquivo Público Mineiro (2019) o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Estação foi tombado em instância estadual, em 1988 e municipal em 1998. Isso é integrado pela praça, seus jardins e esculturas, “outras construções arquitetônicas marcantes na praça são os antigos galpões ferroviários na Rua Arão Reis, que hoje abrigam o escritório regional e a estação ferroviária (CORRÊA, 2010, p.53)”.

Além dos antigos equipamentos ferroviários, pela balaustrada e pelos postes da Rua Sapucaí, e pelas várias edificações presentes no entorno da praça e o viaduto dos bairros Santa Tereza e Floresta. Na planta concebida e aprovada pelo engenheiro Aarão Reis já constava a Praça da Estação na figura 10 demonstrando o pátio ferroviário e Praça da estação, cortada pelo Ribeirão Arrudas.

A Praça passou por algumas alterações em seu nome, em 4 de setembro de 1914 passou a se chamar Christiano Ottoni, nome do engenheiro e político mineiro que tinha sido dirigente da EFCB, na época do império, quando a ferrovia ainda era denominada como Estrada de Ferro de Dom Pedro II. Em seguida, no dia 27 de setembro de 1923 sofreu outra

alteração em seu nome, passando a se chamar Praça Rui Barbosa em busca de homenagear o político que faleceu em março daquele mesmo ano.

**Figura 10:** Fotografia de 1912 retratando parcialmente o pátio ferroviário e a praça da estação



**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1998)

Como já colocado, BH foi uma cidade planejada para ser a capital de Minas Gerais, em um contexto de república recém proclamada, dando início assim, no ano de 1897 ao traçado quadriculado inspirado nas cidades de Washington e Filadélfia, e as avenidas largas e extensas inspiradas em Paris Freire e Machado (1998). No passar dos anos a praça passou por diversas transformações que afetaram a sua arquitetura, principalmente seus jardins e ornamentos, as vias públicas do entorno e curso d'água (como a canalização do Ribeirão Arruda), essas mudanças que representaram em grandes transformações no espaço da praça, alterando o seu uso e apropriação pela população urbana de Belo Horizonte. Nos itens seguintes, será dada a atenção a história das três praças estudadas nessa pesquisa.

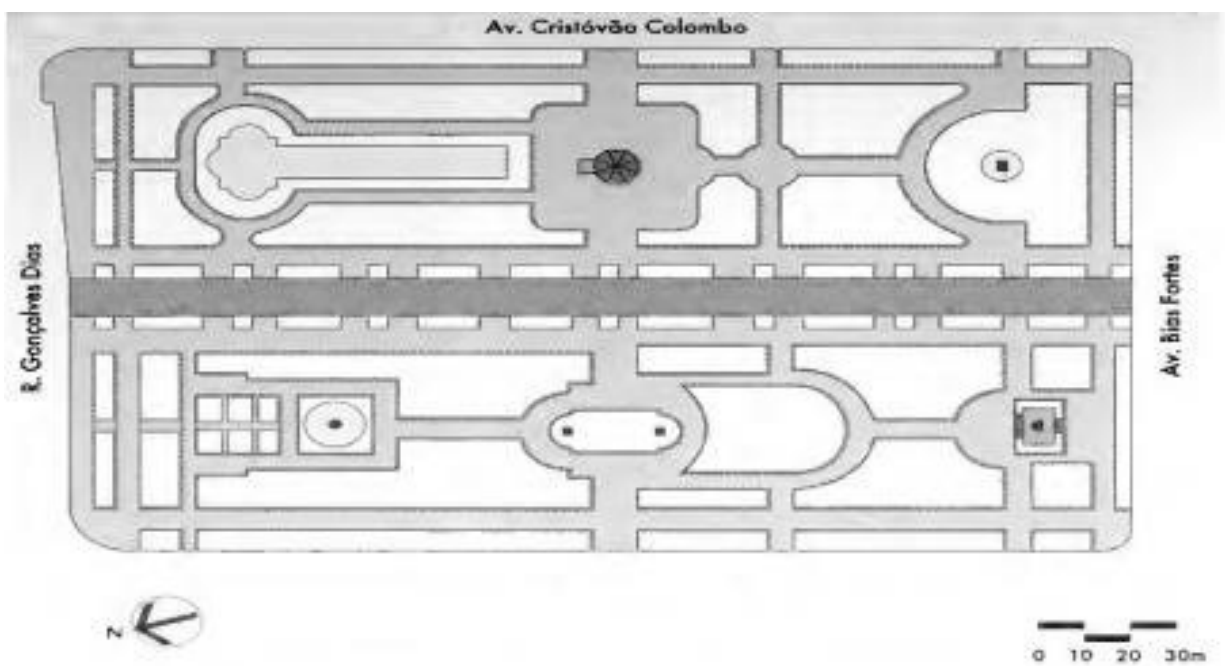


### 3.1.3 Praça da Liberdade (Circuito Cultural Praça da Liberdade)

De acordo com Baêta et al. (2016) a Praça da Liberdade representou desde a proposta de Aarão Reis o lugar diferenciado e privilegiado, espelhando, assim, o poder republicano da época, ficando explicitado em seu nome, em sua função e na sua localização geográfica. Sendo assim, seria nesse espaço que eram dados os principais festejos de inauguração da nova capital em 12 de dezembro de 1897.

No plano oficial elaborado para BH, já vinha com esse nome. A Praça da Liberdade, conhecida como um dos principais pontos turísticos da cidade de Belo Horizonte atualmente, foi pensada e concebida junto ao projeto elaborado pelo engenheiro e urbanista Aarão Leal de Carvalho Reis, assim, o conjunto arquitetônico e paisagístico localizado entre as atuais avenidas João Pinheiro e Cristóvão Colombo e as ruas Gonçalves Dias retratado no croqui na Figura 11 e 12:

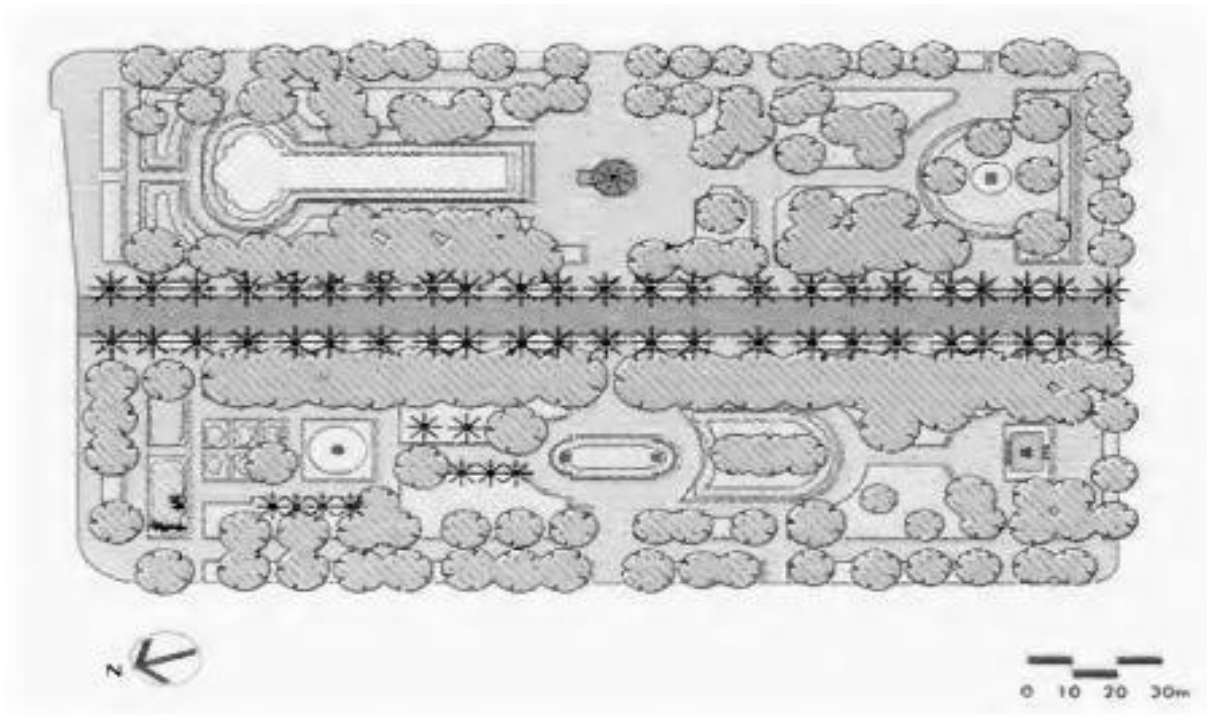
**Figura 11:** Croqui Cruzamento Praça da Liberdade – Belo Horizonte – MG



**Fonte:** Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002.

No Croqui da figura 12 podemos observar o paisagismo da Praça da Liberdade, a composição das áreas verdes (arbustos e palmeiras), e coreto próximo do chafariz.

**Figura 12:** Croqui Praça da Liberdade, Belo Horizonte – MG



**Fonte:** Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002

A praça foi proposta como uma esplanada para o palácio presidencial, que seria destinado ao Governador de Minas Gerais, com a ideia de não existir outras construções no seu entorno, assim o templo presidencial dominaria e reinaria naquele espaço e na paisagem da cidade.

Os prolongamentos da avenida João Pinheiro fragmentam a praça longitudinalmente, em duas partes ladeadas por grandes palmeiras na Figura abaixo imperial e transversalmente existem duas alamedas que lhe dão a configuração de uma cruz, ao meio da praça. Ainda segundo Baêta et al. (2016) os jardins iniciais, propostos para a praça teriam sido desenhados, hipoteticamente, pelo paisagista francês Paulo Villon (sem comprovação efetiva) na Figura 13.

**Figura 13:** Fotografia da Praça da Liberdade anterior à década de 1920.



Em relação ao que foi planejado para o paisagismo desta praça resta apenas o coreto, e a alameda central citado acima do prolongamento da avenida João Pinheiro, via que sai do eixo frontal da fachada do Palácio da Liberdade até a antiga Praça da República (atualmente Praça Afonso Arinos).

Assim, é importante salientar que, essa configuração revelava a importância dos espaços, dos conceitos e símbolos da ordem, do progresso e do poder republicano dentro da severa geometria rigorosa do traçado da cidade. Na década de 1920 o desenho da praça foi modificado pelo paisagista Reynaldo Dieberger, assim, a praça ganhou um desenho geometrizado ainda na Figura 14 demonstrando a redefinição do desenho de seus jardins para uma inspiração mais acadêmica e geometrizada, passando ser sua maior característica, essa alteração no modelo da praça se deu por conta da vinda da realeza belga para a cidade.

**Figura 14:** Fotografia aérea da Praça da Liberdade na década de 1930



**Fonte:** Baeta et al. (2016)

Entretanto, apesar das várias alterações realizadas na praça ao longo do século XX (considerando as reformas realizadas pelo arquiteto Dilson Gestal Pereira, no ano de 1969, que encerrou o trânsito na alameda central e ampliou as pistas laterais excluindo os renques de ficus que contornavam a praça. De acordo com Baêta et al (2016) com a saída de Aarão Reis, o novo engenheiro chefe alterou as ideias de Aarão Reis que previa o palácio presidencial isolado, sem outras construções em seu entorno.

O novo engenheiro determinou que as secretarias passassem a compor o entorno da praça. Sendo assim, na inauguração de Belo Horizonte, a praça da Liberdade, não tinha ainda seu marcante paisagismo, mas já era composta pelos monumentais edifícios históricos-Palácio Presidencial (atual Palácio da Liberdade).

Na Figura 15, a secretaria das finanças depois passou a ser Secretaria da Fazenda e atual Memorial Minas Gerais Vale pela Secretaria do Interior que depois passou abrigar a Secretaria da Educação e atual Museu das Minas e Metais e Secretaria da agricultura que se tornou posteriormente Secretaria de Viação e Obras Públicas, todos esses prédios históricos foram planejados pelo arquiteto José Magalhães e construídos pela Comissão Construtora seguindo uma tradição acadêmica e eclétismo monumental.

**Figura 15** Prédios Históricos Praça da Liberdade



Fonte: Acervo da Autora, 2022.

O entorno da praça, que é formado pelo conjunto de prédios ecléticos que compõem o jardim, só foi completamente construído entre os anos 1926 e 1930. O complexo arquitetônico presente na praça possui uma gramática arquitetônica diversa, o antigo prédio da Secretaria da Agricultura por exemplo se destaca por compor formas emblemáticas, com poderosas ordens colossais de quatro pares de coluna compósitas marcando os dois planos salientes que emolduram o eixo central, o complexo arquitetônico da praça simboliza a rigidez geométrica inspirada no movimento *art déco* (estilo artístico que surgiu na Europa nos anos 20 e influenciou na arquitetura de diversos países).

Destarte, o entorno presente na praça, não rompe com a continuidade dela, os prédios aparecem como um complemento, remetendo ao teor clássico que girava em torno do ambiente. Assim, de acordo com Baêta et al. (2016) no início do ano de 1930 e meados dos anos 1950 a Praça da Liberdade vivenciou seu momento de constituição plástica mais coeso, utilitário e completo.

Entretanto, a configuração da praça nesse momento não era apenas de edifícios públicos, era complementada por muitos edifícios privados, também de linhagem eclética construídos desde as primeiras décadas de 1900 na praça e no seu entorno.

Ademais, uma cidade que se originou do estigma do progresso e da modernidade, assim, como todos os seus locais, e seus espaços ecléticos, também está condenada a sofrer remodelações significativas em seu estilo. Sendo assim, o modernismo chegou a Praça da Liberdade no ano de 1950 através dos trabalhos realizados pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

O arquiteto projetou o edifício em 1954 e foi construído entre 1958 e 1962, ele desenhou um prédio de 12 andares ao lado da Secretaria de Segurança Pública, entretanto, o prédio implantado na localidade da praça alterou a proposta de Aarão Reis, o lote onde assentou o edifício ocupa todo o quarteirão, que já estava em sua forma reduzida se comparado ao seu plano original, já que a praça corta significativamente as quadras que rodeiam a praça, assim, de acordo com Baêta et al. (2016):

[...] um desastre na configuração paisagística da praça – uma estrutura vertical de 12 andares (mais de 40 metros de altura), em oposição direta a um consolidado conjunto edificado composto por cinco palácios (as quatro secretarias e a sede do governo do estado) de dois, três, quatro e cinco pavimentos –, contraditoriamente transfigurou a praça de forma pertinente, suave e fascinante (BAETA ET AL., 2016, p. 13).

Anos mais tarde, o modernismo foi acrescido por mais cinco edifícios construídos entre a segunda metade dos anos 1950 e o final dos anos 60 a Biblioteca Pública de 1956 (desenhada e projetada pelo arquiteto Oscar Niemayer) e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais- IPSEMG e em 1958 futura escola de Design da UEMG, edifício Mape de 1959, anexo da secretaria de educação em 1961 (depois Reitoria da UEMG e atual Espaço Tim da UFMG do Conhecimento além do edifício Campos Elíseos, de meados dos anos 1950 (BAETA ET AL., 2016).

Contudo, apesar do modernismo, e do alto custo e valor dos desenhos desses edifícios eles não se sobressaem em relação às características do conjunto arquitetônico eclético tradicional da Praça. A praça foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em 1977 e é nesse período que surgiu a preocupação com a preservação e integridade da praça, assim, esperava-se que mais nada de grande impacto seria construído próximo da praça. Entretanto, no ano de 1992 foi pensado um edifício que iria apropriar-se do terreno triangular próximo do edifício Niemeyer, que seria levantado ao lado do antigo anexo modernista.

A inserção desse edifício foi considerada uma das decisões mais controversa do ano de 1990 em BH, projeto dos arquitetos Éolo Maia e Sylvio de Podestá, foi projetado nos anos de 1984 e 1985 e construídos entre 1985 e 1992, o edifício foi construído para ser para ser o Centro de Apoio ao Turismo Tancredo Neves e posteriormente, o Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães e atualmente se figura como o Centro de Informação e Apoio Turístico, popularmente conhecido como “Rainha da Sucata” Figura 15.

Anos mais tarde, foram feitas algumas intervenções no espaço da praça, com a criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, projeto que foi pensado em 2003, que tinha como proposta a transferência dos órgãos governamentais para um novo espaço a “Cidade Administrativa”, sendo assim, no ano de 2010 todos os órgãos de cunho administrativo foram transferidos para esse espaço. Sendo assim, todas as construções do espaço da praça que são de cunho público, sofreram alterações em seus usos, se configurando em instituições culturais, abrangendo museus, fundações e centros culturais.

Na busca de atender aos novos usos, realizaram várias mudanças e intervenções no espaço da praça desde o restauro, remodelação e a construção de estrutura. De acordo com Baêta et al.2016 foram realizadas obras de restauro rigoroso, externo e interno no Palácio da Liberdade para dar lugar ao museu de si mesmo, assim como dos outros espaços presentes no entorno da praça.

Conforme mencionado anteriormente, o Circuito Cultural Praça da Liberdade ganhou notoriedade no ano de 2010, assim, a Praça da Liberdade é vista como um ponto turístico de grande relevância cultural, pois foi instalado nos prédios da praça e em vários outros nas suas adjacências um conjunto amplo e diversificado de centros culturais e educacionais de alto nível, transformado o espaço histórico no maior polo de produção e consumo cultural do estado de Minas Gerais. De acordo com Pereira (1998, p.34):

Num tempo de intercâmbios culturais e globalização, a aliança entre a comunicação e a tecnologia encontra-se sob a égide do mercado expansivo. Tendo o intercâmbio como a relação sociopolítica para a cidade do fim do milênio, transformações urbanas fazem-se necessárias. Assim, este é o momento preciso para se planejar os usos, funções e apresentações da Praça. Adaptar os palacetes, hoje subutilizados, da Liberdade, significa ratificar o intercâmbio da sociedade belo-horizontina, baseado na comunicação e na troca. (PEREIRA, 1998, p. 34).

Desse modo, o projeto para a construção de um circuito cultural na Praça da Liberdade e no seu entorno, utilizando os prédios públicos históricos municipais, foi bastante discutido com vários órgãos públicos do Estado e município de Minas Gerais além dos mais diferentes grupos e entidades culturais e artísticas, em busca de receber sugestões, críticas e ideias para compor o projeto de criação do circuito cultural figura 16. Ademais, a projeção do espaço cultural da Liberdade representa mais do que a apresentação de um novo cenário público em Belo Horizonte, representa um resgate histórico social e cultural da cidade, é o simbolismo das lutas e ações do povo mineiro (PEREIRA, 1998).

**Figura 16:** Circuito Cultural Praça da Liberdade



**Fonte:** Clésio Barbosa Lemos Júnior e Arlêude Bortolozzi (2014)



Por fim, vale ressaltar que a Praça da Liberdade foi um dos primeiros espaços públicos oficialmente adotado na história de Belo Horizonte pela iniciativa privada, o que levou a prefeitura a criar o programa Adote o Verde, consentindo que empresas, instituições e a população possam adotar e revitalizar os espaços públicos da cidade (GONÇALVES ET AL., 2015). De acordo com o autor, essa praça “[...] é um dos poucos espaços públicos na cidade em que o medo e a insegurança não se instalam e nem conseguem afastar frequentadores diurnos e noturnos sobressaltados com os efeitos de centenas de anos de segregação social no Brasil. Sendo assim, no item 3.2 será feita a discussão do conceito de Educação Ambiental e a importância da percepção ambiental para a reflexão da nossa prática no espaço urbano.

### **3.2 Educação Ambiental: conceito e importância para a percepção ambiental e visão de mundo**

Nesse tópico será feita a abordagem do conceito de Educação Ambiental (EA), e da percepção ambiental, por estar intimamente relacionada com o espaço, com a cidade, e a forma como vemos e percebemos o espaço atualmente.

Ao tentar definir o conceito de EA nos deparamos com uma infinidade de conceitos, que tem como objetivo a definição da relação do homem com a natureza, e os caminhos que levam a uma reflexão da necessidade da tomada de consciência do homem perante a autopreservação da natureza.

Ao fazer uma breve reflexão do ponto de vista histórico, nos coloca diante a uma realidade conflitante entre a sociedade e os elementos da natureza, ou seja, ao longo dos séculos/anos o homem vem transformando constantemente e adaptando seu meio de vivência. Quanto à relação estabelecida entre a sociedade e o meio ambiente podemos constatar que:

A relação existente entre o meio ambiente e a sociedade baseia-se na expropriação dos recursos naturais para produção de produtos manufaturados. Consequentemente, educar para o meio ambiente se torna uma tarefa difícil, pois a Educação Ambiental não consegue se envolver nos currículos de ensino, de modo a reconhecer e valorizar o ambiente como um todo interdisciplinar. (SOUZA e SANTOS, 2012, p. 3)

O conceito de meio ambiente mediante a no art. 3.º, incisos I e V Lei nº 6.938/81, no (WOLFF, 2000. p.20) é descrito como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Já a Lei Federal nº 9.795 de 1999 define a Educação Ambiental como:

[...] o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (MALDANER; RIBEIRO, 2012. p.6).

A importância do aprendizado sobre o ambiente é fundamental, considerando que há necessidade de se criar leis que protegessem tal aprendizado, visando incentivar o mesmo.

Segundo Jacobi (2003) a EA é a condição necessária para modificar um quadro crescente de degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente:

[...] cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente. (JACOBI, 2003, p.193).

Leff (2001) discorre sobre a dificuldade de solucionar os grandes e crescentes problemas ambientais atuais, e a reversão de suas causas sem que ocorra uma alteração significativa e radical nos sistemas de conhecimento, dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente fundamentada na lógica econômica do desenvolvimento.

Assim, refletir sobre a complexidade ambiental torna-se necessário e benéfica para compreender o engendramento de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para o desenvolvimento de um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação, atrelado numa lógica que dê foco no diálogo e interdependência de distintas áreas do conhecimento.

A reflexão sobre nossas práticas na natureza se torna cada vez mais urgente. Até então, todas as ações adotadas não foram suficientes para frear a crescente degeneração do planeta. Desse modo, a tomada de consciência é fundamental para que se possa iniciar a EA, para assim estimular cada indivíduo por meio da percepção ambiental, e ações efetivas que objetivam a uma construção social capaz de reeducar o homem no sentido de se proteger.

O conceito de percepção apresenta uma variedade de sentido, por estar relacionado a várias áreas do conhecimento. Para os empiristas a percepção e a sensação necessita do meio externo, sendo assim, são causadas por estímulos externos que agem sobre os nossos sentidos.

Segundo TUAN (2012) o homem possui sentidos que diferem de outros animais, a visão, a audição, paladar, tato, e olfato humano não é o mesmo de um cão, a maneira como os seres humanos visualiza o mundo, é completamente distinta de como um cachorro percebe e vive o mundo. Dessa forma, os humanos têm outras formas de responder ao mundo para além desses cinco sentidos. Algumas pessoas são mais sensíveis a sensação térmica, de calor e frio, outras apresentam mais facilidade com o sentido de direção.

A percepção ambiental é uma temática atual que vem ganhando grande visibilidade por contribuir com a consciência e a prática ambiental na natureza, seja individual ou coletiva. Sendo assim, a percepção ambiental torna-se relevante para uma melhor compreensão das relações entre o homem e o meio, assim como suas impressões sobre o mundo, expectativas, angústias e conquistas (PACHECO e SILVA, 2007).

Assim, segundo Tuan (1980) os estudos sobre o ambiente deveriam se preocupar com a formação de atitudes e valores, pois, para que possam ser delimitadas soluções duradouras para atenuar os problemas ambientais, é necessário nos conhecer, ou seja, conhecer a si mesmo. Sendo assim, as pesquisas de abordagem perceptiva tendem a conhecer a maneira como os seres humanos respondem ao seu ambiente físico, ou seja, a percepção que tem desse ambiente e o valor que nele depositam.

A percepção torna-se importante para a análise em diversas pesquisas que estudam ambientes verdes, pois ela proporciona uma boa compreensão das relações que os seres humanos estabelecem com os espaços. Desse modo, para Tuan:

é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p.05).

A percepção da população sobre os ambientes verdes (praças e parques) como um elemento indispensável para a melhoria da qualidade de vida no espaço urbano, necessita de diferentes fatores, assim podemos citar o valor atribuído a estes lugares, a população, e como as pessoas percebe as condições ambientais e de vida no momento histórico vivenciado.

Segundo Okamoto (2002) as pessoas visualizam e reconhecem tão somente coisas de seu interesse, conforme o universo de seus pensamentos. A realidade é específica a esse enfoque, e a nossa mente é seletiva. Sendo assim, a quantidade de informações que chegam num indivíduo é selecionada respeitando os elementos considerados importantes por esse indivíduo.

Para Geertz (1989) faz-se necessário compreender a percepção ambiental vinculada a ideia de cultura, pois a cultura é contexto dos acontecimentos, é o elemento pelo qual os processos poder ser analisados, descritos de forma inelegível. Segundo Tuan (1980) o conceito de cultura e o de meio ambiente se justapõem da mesma forma que o homem e a

natureza. Assim, conhecer o processo cultural e a experiência de uma comunidade em seu ambiente físico oferece perspectivas complementares sobre a percepção e formação da atitude ambiental.

Portanto, as praças públicas podem abrigar diversas informações sobre a diversidade cultural e social de seus usuários, o que contribui para o aumento e valorização da cultura do lugar. Como já mencionado aqui, os espaços públicos marcam, contam a história dos lugares. Carvalho (1998) enfatiza que a cultura deve ser vista como um meio de interação, permitindo a troca de saberes e informações entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais.

Sendo assim, ao refletir sobre a praça, e que seu espaço é o lugar da cultura, da troca social e política, a sua utilização pode ser uma estratégia eficiente para a ocupação desse espaço com o objetivo de relacioná-lo com os acontecimentos socioculturais do lugar, e utilizá-lo como espaço socioeducativo para a sociedade. Assim, utilizar os aspectos históricos e ambientais que permeiam a origem e o desenvolvimento das cidades, pode ser um instrumento importante para refletir sobre a educação ambiental urbana. No tópico seguinte será feita a discussão do conceito de lugar e a reflexão sobre o conceito de paisagem, que é compreendido pela ciência geográfica.

### **3.3 O lugar a Paisagem e as práticas cotidianas: uma reflexão necessária**

Nesse tópico, será dada atenção a reflexão sobre o conceito de lugar e paisagem, que é compreendido por nós e na ciência geográfica, assim, como a importância do mesmo para a identidade pessoal, da história e cultura da cidade. O conceito de lugar é um dos mais utilizados por nós, pois ele representa uma expressão polissêmica, ou seja, com vários significados. Na ciência geográfica entendemos o lugar como “o mundo vivido”, é o local onde os humanos constituem e produzem suas relações históricas, sociais, políticas e culturais (CALLAI, 2014).

Segundo Milton Santos (1996) o lugar pode ser analisado a partir de dois vieses, o lugar visto “de fora” que remete ao resultado histórico, e o lugar visto de “dentro” que implica na urgência de redefinir o seu sentido, assim, para o autor o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica, ou seja, o tipo de técnica que está presente na configuração do território atualmente, e a densidade informacional que está ligado ao que chega no lugar tecnicamente estabelecido. Além da densidade comunicacional, pessoas interagindo e em função de uma densidade normativa, relacionado ao papel das normas de cada lugar como definidor, e a

dimensão do tempo em cada lugar, que poderia ser percebido através do evento no presente e no passado.

Assim, é no lugar que se expressa a vida em todas as suas dimensões, é também no lugar, que refletimos a história individual de cada cultura, suas tradições hábitos e costumes próprios. Ele é o cerne da reprodução da vida e pode ser analisado a partir da tríade habitante, e lugar. Sendo assim, a cidade manifesta-se no plano de vida e do indivíduo, o modo de vida das pessoas manifesta-se todos os dias no modo de uso, destaca-se a seguir uma breve caracterização das praças que compõem a pesquisa.

Segundo Ferreira (2000) a evolução do conceito de lugar está atrelada a trajetória da geografia humana. Assim, numa perspectiva humanista, que se interessa pela subjetividade da relação homem-meio ambiente, o conceito de lugar tem como preocupação em definir o lugar como o cerne da existência humana, como experiência ou "centro de significados" que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos espaço (HOLZER, 1999).

Sendo assim, os geógrafos humanistas reconhecem que o lugar permite evidenciar o espaço entorno das intenções das experiências e das atividades humanas. Entretanto, de um ponto de vista mais radical o lugar é compreendido como uma construção sócio-histórica que realiza determinadas funções, por meio de suas feições materiais.

Berque (1998, p.84-85) resume esse entendimento afirmando que:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Assim, o conceito de paisagem acaba por privilegiar a coexistência de objetos e formas em sua face sociocultural manifesta (SUERTEGARAY, 2000). A paisagem pode ser compreendida como um conjunto de formas naturais e culturais relacionada a uma determinada área (CORRÊA e ROZENDHAL, 1998), explica que é um "campo de visibilidade", ao ser concedido a nossa percepção e a nossa vivência, converte-se num "campo de significação" individual e coletiva (BARBOSA, 1998). Portanto, a paisagem pode ser considerada um texto que serve a uma multiplicidade de leituras.

Segundo Milton Santos (1996) a paisagem pode ser compreendida como o conjunto de forma que, num dado momento exprimem as heranças que simbolizam as constantes relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Ao considerarmos que as praças são um atrativo construído pelo homem, ou seja, não é natural, mas se situa dentro da cidade, faz-se necessário levar a discussão sobre a paisagem para pensar, refletir sobre o espaço urbano.

E é exatamente isso que Scherer (2002) aborda ao dizer que a paisagem nos conta muito sobre a maneira como as pessoas viveram nas cidades e que a melhor coisa que uma cidade tem a oferecer as pessoas é ela mesma: "A melhor coisa que uma cidade tem a oferecer é ela mesma, na medida em que cada cidade tem sua feição, seus sons, aromas e paisagens, seus encantos explícitos ou reservados aos poucos que se dispõe a buscá-los, cristalizados ao longo do tempo que a tornam única (SCHERER, 2002, P.103).

Na atualidade, a compreensão de paisagem tem sido utilizada para refletir sobre a complexa relação entre o homem e a natureza, analisando através desse conceito um entendimento aprofundado sobre a natureza.

Paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos concretos. (SANTOS,1997 apud Suertegaray, p.5)

Desse modo, podemos constatar que a paisagem constitui como o resultado do estabelecimento de uma inter-relação entre o meio natural e a humana, assim na medida em que é e apropriada pela sociedade, que historicamente constitui o reflexo dessa organização.

### **3.4 Percepção ambiental das três praças, o lugar e a paisagem**

Esse tópico tem como intuito fazer a análise e discussão das informações que foram coletadas durante o período de observação das três praças, assim como, apresentar o resultado da percepção ambiental do ambiente das praças. Desse modo, o quadro 3 “Percepção Ambiental das Três Praças o Lugar e a Paisagem”, tem como objetivo expor o estado de conservação das estruturas e equipamentos existentes nas praças definidas como Praça I, sendo a Praça da Estação; a Praça II Praça da Liberdade e Praça III Praça Sete.

Além de atribuir conceito de- péssimo, ruim, regular, bom, ótimo, aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme explicitado a seguir: 0 — | 0,5 √ péssimo; 0,5 —| 1,5 √ ruim; 1,5 —| 2,5 √ regular; 2,5 —| 3,5 √ bom; 3,5 —| 4,0 √ ótimo.

**QUADRO 3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DAS TRÊS PRAÇAS O LUGAR E A PAISAGEM**

ESTRUTURAS AVALIADAS	AVALIAÇÃO-RESULTADOS		
	Praça I	Praça II	Praça III
01. Bancos	3,00	3,00	2,5
02. Iluminação alta	4,00	4,00	4,00
03. Iluminação baixa	4,00	4,00	4,00
04. Lixeiras	2,5	3,5	2,5
05. Sanitários	Inexistente	Inexistente	Inexistente
06. Telefone público	Inexistente	Inexistente	Inexistente
08. Piso	4,00	3,00	4,00
09. Traçado dos caminhos	4,00	2,5	4,00
10. Palco/coreto	Inexistente	3,5	Inexistente
11. Monumento	2,5	4,00	3,5
12. Espelho d'água/chafariz	2,5	4,00	Inexistente
13. Estacionamento	Inexistente	Inexistente	Inexistente
14. Ponto de ônibus	4,00	4,00	4,00
15. Ponto de táxi	Inexistente	4,00	4,00
16. Quadra esportiva	Inexistente	Inexistente	Inexistente
17. Equipamentos para exercícios físicos	Inexistente	Inexistente	Inexistente
18. Estrutura para terceira idade	Inexistente	Inexistente	Inexistente
19. Parque infantil	Inexistente	Inexistente	Inexistente
20. Banca de revista	Inexistente	Inexistente	4,00
21. Quiosque para alimentação e/ou similar	Inexistente	2,5	4,00
22. Vegetação	2,5	4,00	2,5
23. Paisagismo	3,00	4,00	1,5
24. Localização	4,00	4,00	4,00
25. Conservação/limpeza	2,5	4,00	2,5
26. Segurança	2,5	3,5	2,5
27. Conforto ambiental	2,5	4,00	2,5
28. Pessoas em Sit. de rua	0,5	3,5	0,5
29. Acessibilidade	2,5	2,5	2,5
<b>*Praça I: Praça da Estação; Praça II: Praça da Liberdade; Praça III: Praça Sete de Setembro</b>			

Fonte: Adaptado pela autora de De Angelis et al. (2004).

### 3.4.1 Praça Sete

A Praça Sete de Setembro também chamada de praça sete pela população local. Caracteriza-se por dividir seu espaço em quatro quarteirões fechados, torna-se um lugar movimentado durante todo o dia, mosaico Praça Sete figura 17 inclusive servindo de ponto para taxistas, estudantes, vendedores ambulantes e manifestações políticas.

## Mosaico 17: Obelisco e quarteirão



Fonte: Acervo do Autora, 2022.

A praça em questão possui um caráter comercial como pode ser visto na figura 18, diferentemente das outras praças estudadas nesse trabalho, com comércios “ambulantes” instalados ao longo dos quarteirões, frequentemente se observa vendedores de mercadorias diversas, como bijuterias, chinelos, e equipamentos de celular, além de pregação de cultos religiosos.

A Praça Sete atrai frequentadores de todas as faixas etárias. Os quarteirões da Praça se tornam durante o dia um dos espaços de convívio da região central de BH, pois abrigam no seu cotidiano hippies, grupos de músicos independentes, estátuas vivas, em busca de obter algum ganho por meio da venda de seu trabalho.



**Figura 18 comércio Praça Sete**



Fonte: Acervo do Autora, 2022.

Como já mencionado no trabalho, a praça sete não possui uma configuração tradicional de uma praça, mas a mesma contém em seu espaço algumas estruturas que estão presentes numa praça comum, como assentos, vegetação, espaço para skatistas e monumentos, entretanto, durante o período de observação, por meio da avaliação do espaço da praça no quadro 3: “Percepção Ambiental das Três Praças o Lugar e a Paisagem”, foi possível constatar que a praça sete possui um piso adequado para grande tráfego de pessoas, entretanto, seu espaço ainda é defasado para pessoas PCD, seus equipamentos como bancos de assentar, no dia-a-dia ficam sujos, o principal monumento da praça, o Obelisco, está vandalizado com piche, prejudicando assim, a limpeza e conservação do espaço.

A praça possui grande comércio desordenado, onde pessoas autônomas disputam o uso e a ocupação da praça para a venda de mercadorias de forma irregular. Assim, por meio da observação foi possível perceber as mais diferentes formas de uso e apropriação da praça Sete, pois é claramente explicitado nos diferentes lugares que são dispostos em seu espaço, ao

caminhar pela praça, foi possível observar o lugar dos jogos, onde pessoas idosas chegam pela manhã.

o quarteirão dos hippies, onde eles montam suas barracas e confeccionam suas mercadorias. A praça é também um palco cultural, abriga o trabalho de musicistas, que passam horas tocando violino no espaço da praça, onde disputam espaço com o pastor da igreja, que visa pregar sua palavra durante o dia.

### 3.4.2 Praça da Liberdade

A praça da Liberdade é um local com grande quantidade de área verde figura 19 e 20, localizada no alto da cidade, se comporta de uma forma distinta da praça Sete, diferentemente, das praças Sete e Estação, a praça da Liberdade está localizada num local de nível elevado<sup>3</sup>, com edifícios residenciais destinados a pessoas com alto poder aquisitivo e prédios públicos de alto padrão como pode ser visto na figura 19, em uma das imagens o edifício projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer, a praça comporta prédios históricos que foram construídos no planejamento original da cidade, e que hoje são grandes museus mantidos pela iniciativa privada, que compõem O Circuito Cultural Praça da liberdade.

**Figura 19 Edifícios do Entorno**



<sup>3</sup> No planejamento de BH, bairros da zona urbana da cidade, delimitados pela Avenida do Contorno, foram pensados para a sociedade de alto poder aquisitivo e de posições altas na hierarquia social, especialmente para os funcionários públicos que foram transferidos de Ouro Preto. Essa área contava com infraestrutura sanitária, lotes bem delineados, ruas e avenidas largas. Operários, pessoas de baixo poder aquisitivo e imigrantes foram relegados aos terrenos exteriores à Avenida do Contorno ou às regiões mais periféricas da cidade, ambas sem infraestrutura urbana adequada (ANDRADE, 2004).

Fonte: Acervo do Autora, 2022.

Nas figuras 20 e 21 é possível observar nas fotografias aérea parte do circuito cultural da praça, como o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), o Museu das Minas e do Metal mantido pela Gerdau, o Memorial Minas Gerais Vale, e Casa Fiat de Cultura. Ainda nas figuras 20 e 21 é possível destacar a grande presença de edifícios residenciais presentes no entorno da praça.

A mesma durante o dia comporta uma grande quantidade de pessoas para a prática de caminhada, no período da manhã encontrou-se grande fluxo de pessoas passeando com cachorro por exemplo. No período da tarde muitas famílias com crianças andando de bicicleta, e realizando encontros com lanches piquenique, prática muito comum aos finais de semana.

A praça da Liberdade evidencia seu uso constante ao comportar durante todos os dias da semana, grande fluxo de pessoas que vão visitar a praça para conhecer os seus museus, para participar de eventos culturais, que acontecem durante o período da manhã e tarde. Além da apreciação do seu marcante paisagismo e arquitetura histórica, como podemos observar nas figuras e 21.

**Figura 20 Área Verde**



Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-prottegido/bens-tombados/details/1/86/bens-tombados-pra%C3%A7a-da-liberdade>

A praça da Liberdade abriga grande fluxo de pessoas, assim como, a praça Sete, pois a mesma recebe em seu traçado avenidas como a Cristóvão Colombo e João Pinheiro que possuem grande tráfego de carros e ônibus, figura 21. Deve-se considerar que, com a presença do Circuito Cultural<sup>4</sup> com a presença de inúmeros museus no seu entorno, e programação de eventos exposições de arte, teatro e shows durante toda a semana, contribui para o aumento do número de pessoas que frequentam a praça.

**Figura 21 Fotografia aérea da praça da Liberdade  
Com espaços culturais**



Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-prottegido/bens-tombados/details/1/86/bens-tombados-pra%C3%A7a-da-liberdade>

Em relação a percepção ambiental dos equipamentos da praça da Liberdade quadro 3, a praça possui um ambiente limpo e bem conservado, recebendo nota 4 na conservação de

---

<sup>4</sup> Com o Circuito Cultural Praça da Liberdade, aumentou o número de pessoas que frequentavam a Praça durante toda a semana e de eventos, como apresentações teatrais e shows infantis e adultos. Usos mais livres do espaço se destacaram, com pessoas sentadas na grama e próximas às fontes, fazendo piqueniques, bem como a circulação de turistas e de grupos de estudantes ou de associações sociais em excursões ou passeios programados aos espaços do Circuito Cultural Praça da Liberdade. (VELOSO, 2014, p.181).

seus monumentos, que corresponde uma ótima avaliação, isso quer dizer que, a praça tem seus monumentos em bom estado, sem piche, sem estar quebrados e vandalizados.

A praça da Liberdade, como já dito possui boa localização por estar próxima da área central e possuir diversos pontos de ônibus em seu entorno, o que facilita o acesso da população adjacente a frequentar a praça e seus equipamentos culturais. Sendo assim, recebeu ótima avaliação nesse aspecto. O piso da praça recebeu uma nota regular, pois considerou que falta acessibilidade para pessoas cegas trafegar no espaço da praça.

O paisagismo da praça, foi considerado ótimo, por conter um jardim extenso, com grande quantidade de área verde<sup>5</sup>, flores, arbustos e palmeiras. O que contribui para o conforto e tranquilidade além de contribuir com o conforto térmico, permitindo uma melhor sombreamento e frescor durante os dias de calor.

### **3.4.3 Praça da Estação**

A Praça da Estação figura 22, localizada na região central da cidade, próxima do hipercentro, foi conhecida no passado por ser a porta de entrada e saída de pessoas, por abrigar a estação de trem, atualmente ainda é lembrada por esse aspecto, mas não somente, ela é vista hoje como um ponto referência da cidade, onde ocorre as principais manifestações culturais, como o carnaval, a praia da estação, a virada cultural e manifestações políticas.

---

<sup>5</sup> Nucci (2008, p. 109) apud Benini (2011, p.64), estabelece que nas áreas verdes pode-se encontrar um ambiente agradável, afastando a- angústia da cidade, possibilitando ao indivíduo a integração com a natureza.

**Figura 22 Visão Parcial Praça da Estação**



Arquivo pessoal da autora, 2021 e 2022.

A praça apresenta um grande fluxo de pessoas no período da manhã, se deslocando da estação para os arredores da cidade, além da grande quantidade de ponto de ônibus e comércios nas imediações, que contribuem para a movimentação de pessoas na praça.

Durante o período de observação, constatou-se que a Praça da Estação é uma praça que está sempre cheia de pessoas transitando por ela, entretanto, as pessoas não estão presentes ali para fazer piquenique no espaço do jardim, não utilizam para a prática de caminhada, e nem prática de esporte.

Na fase de campo observou-se uma grande quantidade de pessoas em situação de rua, como pode ser visto no quadro 3 do tópico Percepção ambiental das três praças, o lugar e a

paisagem. A Praça obteve um conceito ruim (0,5)<sup>6</sup> que corresponde a quantidade de pessoas em situação de rua, em relação as demais praças essa apresenta uma ocupação maior dessa população utilizando o espaço da praça, figura 23 mostrando pertences como colchonetes, carrinho com cobertores e utensílios de casa.

**Figura 23 Vista Parcial do Jardim da Praça da Estação**



Arquivo pessoal da autora, 2021 e 2022.

Em relação a conservação e limpeza do ambiente da praça, observou-se no espaço do jardim objetos jogados entre os arbustos, como latas de bebida, plásticos, papel, fezes e roupas jogadas ao longo do gramado, principalmente nos dias frios, percebendo que a praça esteve mais suja nesse período.

---

<sup>6</sup> Vale enfatizar que, o conceito ruim diz respeito a percepção do quantitativo de pessoas presentes nessa praça. Não ao julgamento dessas pessoas estarem ocupando esse espaço, pois a presença delas na praça é também uma forma de uso e apropriação desse espaço.

**Figura 24 arbustos do jardim da praça da Estação**



Arquivo pessoal da autora, 2021 e 2022.

Durante o período de observação na praça da estação, foi possível identificar degradação de seus monumentos, como pode ser visto na figura 25, um dos monumentos foi retirado por ter sido vandalizado, além da presença de pichações, alguns bancos e lixeiras encontravam-se quebrados ou retirados do lugar.

Sendo assim, a conservação e limpeza da praça recebeu o conceito regular, e as áreas verdes (vegetação) apresenta conservação também apresentam irregular, já que o jardim se encontrava sujo e deteriorado ao longo da semana.



**Figura 25 Monumentos Praça da Estação**



Arquivo pessoal da autora, 2021 e 2022.

No entanto, observou-se que a Praça atrai inúmeros visitantes ao longo dos meses, seja para visitar seus museus, ou para participar dos eventos que ocorrem na praça. Como o Praia da Estação, o carnaval, a Parada LGBTQIA+, a Virada Cultural que acontece anualmente na cidade, além dos eventos de empreendedorismo que são promovidos pela prefeitura da cidade.

A praça da Estação se configura como um ponto de encontro para todos os grupos sociais da cidade, sua localização se torna favorável para isso, já que está na região central, fica próxima dos pontos de ônibus, abriga a estação de metrô e a estação de trem, assim a praça expõe seu constante uso e apropriação pela população da cidade.

Uma questão muito presente na praça da estação e que chama a atenção ao passar pela praça, foi a quantidade de barracas de moradores em situação de rua presente no espaço, transformando a praça em “moradia”. No período de inverno a praça estava repleta de barracos de lona, e barracas fornecidas pela prefeitura da cidade, colchões e utensílios de casa, de fato se configurou numa casa a céu aberto, o que implicaria num novo uso e apropriação da praça da Estação pelos moradores em situação de rua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por este trabalho refere-se às formas de uso e apropriação da praça pública da cidade de Belo Horizonte- MG. Assim, o objetivo desse estudo foi de compreender como as praças estão inseridas na cidade de Belo Horizonte- MG atualmente.

Ao realizar a análise entre as formas de uso e apropriação das três praças, durante o campo constatou-se que as praças apresentam formas de uso distintas, por exemplo, a praça Sete é muito utilizada para comércio, jogos e intervenções políticas. Enquanto a praça da Liberdade, as pessoas utilizam para a prática de caminhada, andar de bicicleta, e encontros com amigos e a praça da Estação, muito utilizada para a realização de eventos.

A pesquisa refletiu sobre o significado da praça hoje na estrutura urbana política, social e cultural da cidade, a praça reflete uma forma de ocupação e apropriação do espaço própria da sociedade capitalista, e que independe da sua geografia, como no caso da praça da Estação, que tem seu uso diversificado durante todo o ano. Ela é ocupada pelos movimentos culturais, pela política e pelos moradores em situação de rua.

Ao Verificar as diversas formas de apropriação desses espaços na atualidade, quem os utiliza e como utilizam, assim como sua configuração ambiental. A praça reflete uma forma de ocupação e apropriação do espaço própria da sociedade capitalista, e que independe da sua geografia, como no caso da praça da Estação, que tem seu uso diversificado durante todo o ano. Ela é ocupada pelos movimentos culturais, pela política e pelos moradores em situação de rua.

Considera-se que analisar as formas de uso e apropriação dos espaços públicos de lazer em cidade do tamanho de Belo Horizonte, não foi uma tarefa simples. Ao começar pela decisão de quantas praças seriam abordadas, e quais praças delineariam a pesquisa. A cidade conta com um número vasto de praças espalhadas em suas nove regionais, praças com características distintas. A escolha de quantas e quais praças seriam estudadas afetaria no modo como seria feita a coleta de informações. Assim, optou por trabalhar com três praças da regional Centro-sul da cidade.

Desse modo, foram escolhidas as praças, Estação, Sete e Liberdade. Esses espaços foram definidos a partir do levantamento de pesquisas anteriores, pois constatou que elas estão presentes no planejamento original da cidade e fazem parte da formação da cidade, compondo o repertório cultural, social e político da cidade, além de desempenharem funções distintas no espaço urbano de BH.

No que tange a análise das praças, a escolha de praças que ficam próximas uma das outras facilitou desenvolver a metodologia proposta na pesquisa, pois, a proximidade permitiu

por exemplo visitar as três praças no mesmo dia para a coleta de informações, sendo assim, não foi um empecilho trabalhar com três praças.

Em relação a coleta de informações no campo de pesquisa, a maior dificuldade encontrada foi no momento dos registros fotográficos e a não abordagem de pessoas. Na praça da Estação por exemplo, sempre tinha a presença muitos moradores em situação de rua, pois muitos montam suas barracas na praça, então, o cuidado era redobrado para não expor essas pessoas. O mesmo ocorreu com a praça Sete.

A praças pesquisadas nessa dissertação apresentam perfis e configurações diferentes, a praça da Estação é uma praça ampla com estilo neoclássico, o seu grande espaço permite a sua utilização para a realização de grandes eventos, como shows e concentração de pessoas para atos políticos por exemplo, assim sua apropriação e uso é constantemente e distinto ao longo dos meses, entretanto, a praça não é utilizada para a prática de esportes, como skate, jogar bole e brincadeiras. Já a praça da Liberdade é procurada para prática de caminhada e andar de bicicleta.

A praça Sete se configura mais como uma praça comercial, então, durante todos os dias é possível encontrar uma variedade enorme de vendedores ambulantes e hippies por exemplo. Assim, pesquisa aqui realizada percebeu que não se pode apenas julgar a produção das praças públicas na atualidade apenas pelas descrições e aparências, mas sim, pelas suas formas cotidianas de apropriação e seus usos, entre os diferentes, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade em conjunção as praças públicas.

Contudo, com a realização desse trabalho, constatou-se que, as praças públicas cumprem com o seu papel, assim como vem sendo conceituado no trabalho, de lugar de encontro, de festividade e da vida social. Entretanto, o seu espaço ambiental, torna-se diverso ao se deslocar de uma praça a outra, como exemplo, ao visitar a praça Sete percebemos que ela é ocupada pelas pessoas com a intenção de expor e vender seus produtos naquele espaço, enquanto a praça da Liberdade é apropriada por aqueles que tem o interesse de praticar caminhada, visitar os museus presentes em seu entorno.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.
- ALMEIDA, S. O. **The Importance of Public Space in Hannah Arendt's Perspective**. Teresina. Cadernos do PET Filosofia, 2018 Vol. 9, n.17. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/pet/article/view/7378/4872>>. Acesso em 21 de mar. de 2022.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352p.
- BAETA, R E. Et al. **Interação**, sobreposição e ruptura em 70 anos de intervenções arquitetônicas na praça da liberdade, em Belo Horizonte. Disponível em:<[https://cecre.ufba.br/sites/cecre.ufba.br/files/04.\\_baetanery.\\_intervencoes\\_na\\_praça\\_da\\_liberdade.pdf](https://cecre.ufba.br/sites/cecre.ufba.br/files/04._baetanery._intervencoes_na_praça_da_liberdade.pdf)> Acesso em: 16 de ago. de 2022.
- Benini, S. M., & Martin, E. S. (2011). **DECIFRANDO AS ÁREAS VERDES PÚBLICAS**. *Formação (Online)*, 2(17). <https://doi.org/10.33081/formacao.v2i17.455>
- BORTOLO, Carlos Alexandre. **Discutindo o espaço público na cidade capitalista contemporânea**. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 4, nº 7, p. 103 – 125, jul./dez. 2015. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>.
- BORTOLO, C.A de; BATISTA, R.P; RIBEIRO, B.S. **Espaços públicos e paisagem urbana: breves apontamentos sobre uso e apropriações das praças**. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Montes Claros, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **Fazer com: usos e táticas**. In: A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 86-100.
- CORRÊA, R.L. **Trajatórias Geográficas**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- LEITE, M. E; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do Espaço Intraurbano de Montes Claros**. Montes Claros, Unimontes, 2008.
- CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.7-11.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução da cidade como “negócio”**. In CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carles. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

- CARMONA, M.; MAGALHÃES, C.; HAMMOND, L. (Ed.). **Public Space: The Management Dimension**. New York: ROUTLEDGE, 2008.
- CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A. M. **Public Space (Cambridge Series in Environment and Behavior)**. New York: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1993.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GEHL, J. Cidade para pessoas. São Paulo: PERSPECTIVA, 2013.
- GOHN, M. G. **Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania**. Revista Brasileira de Sociologia, Brasília, v. 1, n. 2, p. 203-221, 2013. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2018.
- GURZA LAVALLE, Adrián. **As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. Espaço & Debates, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005.
- Gemzoe, L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: GUSTAVO GILI, 2002.
- LOUISY, Michel. **Légendes et chants de gestes canaques**. Présentation. Gérard Oberlé. 1988.
- MATTOS, P. C. **Potências do espaço público: Político, urbano, radical**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p.1-194. 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico: uno e múltiplo**. In: SUER TEGARAY, D. M. A.; BASSO, A.; VERDUM, R. (Orgs.). **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p.13-34.
- SVARRE, B. **How to study public life**. Washington: ISLAND PRESS, 2013.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**, São Paulo, EDUSP: 1994
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de e SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, L.M. **Os trabalhos de campo como procedimento didático**. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. A qualidade das águas. São Paulo: SMA/CEAM, 1998. 43p.

LEFEBVRE, Henri. ***O direito à cidade***. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_, Henri Lefebvre: **a problemática urbana em sua determinação espacial**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. LEFEBVRE, Henri, *Le droit à la ville*, Antropos, Paris: 1968.

\_\_\_\_\_, *Le retour de la dialectique – 12 mots clés pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LIMA, A, C, A, da S. **A produção do espaço urbano e o espaço público: algumas considerações**. GEOTemas - ISSN: 2236-255X - Pau dos Ferros, RN, Brasil, v. 9, n. 3, p. 7-22, set./dez. 2019.

SIGNORINI, A. M. **Imagens e memórias na construção da cidade de Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. [manuscrito] Belo Horizonte, 2017. 132 F.

SCHERER, Rebeca. **Paisagem urbanística**, urbanização pós-moderna e turismo. In: YAZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul / coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petropolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, A. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. Revista GEOUSP – Espaço e tempo. nº 15. São Paulo, 2004. pp 21-37.

PACHECO, Éser e SILVA, Hilton P. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

**ANEXOS:****ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRAÇA**

Nome da Praça: Praça da Estação (Praça I)

Localização: Centro-Sul

<b>ESTRUTURAS</b>	Sim	Não	ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	<b>Nota</b>
1 Bancos				<b>X</b>				<b>3,0</b>
2 Iluminação alta	<b>X</b>		<b>X</b>					<b>4,0</b>
3 Iluminação baixa	<b>X</b>		<b>X</b>					<b>4,0</b>
4 Lixeiras	<b>X</b>				<b>X</b>			<b>2,5</b>
5 Sanitários		<b>X</b>						<b>0,0</b>
6 Telefone público		<b>X</b>						<b>0,0</b>
7 Bebedouros		<b>X</b>						<b>4,0</b>
8 Piso	<b>X</b>		<b>X</b>					<b>4,0</b>
9 Traçado dos caminhos			<b>X</b>					<b>0,0</b>
10 Palco/coreto		<b>X</b>						<b>3,5</b>
11 Monumento	<b>X</b>				<b>X</b>			<b>2,5</b>
12 Espelho d'água/chafariz	<b>X</b>							<b>0,0</b>
13 Estacionamento		<b>X</b>						<b>4,0</b>
14 Ponto de ônibus	<b>X</b>		<b>X</b>					<b>0,0</b>
15 Ponto de táxi		<b>X</b>						<b>0,0</b>
16 Quadra esportiva		<b>X</b>						<b>0,0</b>
17 Equipamentos para exercícios físicos		<b>X</b>						<b>0,0</b>
18 Estrutura para terceira idade		<b>X</b>						<b>0,0</b>
19 Parque infantil		<b>X</b>						<b>0,0</b>
20 Banca de revista		<b>X</b>						<b>0,0</b>
21 Quiosque para alimentação e/ou similar		<b>X</b>						<b>0,0</b>
22 Vegetação	<b>X</b>				<b>X</b>			<b>2,5</b>
23 Paisagismo	<b>X</b>			<b>X</b>				<b>3,0</b>
24 Localização	<b>X</b>		<b>X</b>					<b>4,0</b>
25 Conservação/limpeza		<b>X</b>						<b>2,5</b>
26 Segurança	<b>X</b>				<b>X</b>			<b>2,5</b>
27 Conforto ambiental					<b>X</b>			<b>2,5</b>
28 Pessoas em sit. de rua	<b>X</b>						<b>X</b>	<b>0,5</b>
29 Acessibilidade	<b>X</b>							<b>2,5</b>

Fonte: Adaptado de De Angelis et al. (2004).

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRAÇA**

Nome da Praça: Praça da Liberdade (Praça II)

Localização: Centro-Sul

<b>ESTRUTURAS</b>	Sim	Não	Bom	ótimo	Regular	Ruim	Péssimo	<b>Nota</b>
1 Bancos				X				3,0
2 Iluminação alta	X			X				4,0
3 Iluminação baixa	X			X				4,0
4 Lixeiras	X		X					3,5
5 Sanitários		X						0,0
6 Telefone público		X						0,0
7 Bebedouros		X						3,0
8 Piso	X			X				2,5
9 Traçado dos caminhos			X					3,5
10 Palco/coreto	X		X					4,0
11 Monumento	X		X	X				4,0
12 Espelho d'água/chafariz	X							
13 Estacionamento		X						0,0
14 Ponto de ônibus	X			X				0,0
15 Ponto de táxi	X							0,0
16 Quadra esportiva		X						0,0
17 Equipamentos para exercícios físicos		X						0,0
18 Estrutura para terceira idade		X						0,0
19 Parque infantil		X						0,0
20 Banca de revista		X						0,0
21 Quiosque para alimentação e/ou similar		X						2,5
22 Vegetação	X			X				4,0
23 Paisagismo	X			X				4,0
24 Localização	X		X					4,0
25 Conservação/limpeza	X			X				4,0
26 Segurança	X		X					3,5
27 Conforto ambiental				X				4,0
28 Pessoas em sit. de rua	X		X					3,5
29 Acessibilidade	X				X			2,5

Fonte: Adaptado de De Angelis et al. (2004)



**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRAÇA**

Nome da Praça: Praça Sete de Setembro (Praça III)

Localização: Centro-Sul

<b>ESTRUTURAS</b>	Sim	Não	ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	<b>Nota</b>
1 Bancos					X			2,5
2 Iluminação alta	X		X					4,0
3 Iluminação baixa	X		X					4,0
4 Lixeiras	X							2,5
5 Sanitários		X						0,0
6 Telefone público		X						0,0
7 Bebedouros		X						0,0
8 Piso	X		X					4,0
9 Traçado dos caminhos								4,0
10 Palco/coreto		X						0,0
11 Monumento	X			X				3,5
12 Espelho d'água/chafariz	X							0,0
13 Estacionamento		X						0,0
14 Ponto de ônibus	X		X					4,0
15 Ponto de táxi			X					4,0
16 Quadra esportiva		X						0,0
17 Equipamentos para exercícios físicos		X						0,0
18 Estrutura para terceira idade		X						0,0
19 Parque infantil		X						0,0
20 Banca de revista		X	X					4,0
21 Quiosque para alimentação e/ou similar		X	X					4,0
22 Vegetação	X				X			2,5
23 Paisagismo	X					X		1,5
24 Localização	X		X					4,0
25 Conservação/limpeza		X			X			2,5
26 Segurança	X							2,5
27 Conforto ambiental					X			2,5
28 Pessoas em sit. de rua	X					X		0,5
29 Acessibilidade	X				X			2,5

Fonte: Adaptado de De Angelis et al. (2004)